



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Elisa Proença da Silva Mendonça

**Vulnerabilidade e Segurança Alimentar e Nutricional em uma comunidade
de pescadores do município de Macaé**

Rio de Janeiro

2013

Elisa Proença da Silva Mendonça

Vulnerabilidade e Segurança Alimentar e Nutricional em uma comunidade de pescadores do município de Macaé

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silvia Ângela Gugelmin

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Amábela de Avelar Cordeiro

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M539 Mendonça, Elisa Proença da Silva
Vulnerabilidade e Segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de pescadores do município de Macaé / Elisa Proença da Silva Mendonça. – 2023.
105 f.

Orientadora: Silvia Ângela Gugelmin.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Nutrição.

1. Nutrição – Teses. 2. Segurança alimentar – Teses. 3. Comunidades tradicionais – Teses. I. Gugelmin, Silvia Ângela. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. III. Título.

br

CDU 612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Elisa Proença da Silva Mendonça

**Vulnerabilidade e Segurança alimentar e nutricional em uma comunidade de pescadores
do município de Macaé**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 30 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Silvia Ângela Gugelmin (Orientadora)

Universidade Federal de Mato Grosso

Prof.^a Dr.^a. Ana Eliza Port Lourenço

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira

Instituto de Nutrição - UERJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

A Mãe Rainha, Sereia, Janaína, Senhora Iemanjá.

AGRADECIMENTOS

Foram 24 meses de encontros, superação, desafios e perseverança. Agradecer a todos que ajudaram nesse processo torna-se quase impossível.

Agradeço a UERJ e ao Instituto de Nutrição onde iniciei essa jornada que não terminará aqui e por esses dez anos de acolhida.

As orientadoras Prof.^a Dra. Silvia Gugelmin e Prof.^a Dra. Amábela Cordeiro de Avelar pela orientação desse trabalho.

Agradeço a FAPERJ e ao CNPQ por tornarem viáveis a realização dessa pesquisa.

Aos pescadores e os amigos de Macaé por partilharem um pouco da sua vida, sua luta e pela ajuda na realização desse trabalho.

Agradeço a toda equipe do projeto Cultura e Práticas Alimentares em Comunidades Tradicionais das Regiões no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil em especial, as conversas incentivadoras da Luciana Paz e Ana Eliza Port, a sempre prestativa e pela indispensável ajuda da Lívia Farias, ao entusiasmo e enorme contribuição da Maria Cláudia e ao apoio dos demais participantes que direta e indiretamente contribuíram para a realização dessa pesquisa.

A secretaria acadêmica, querida Maria por todos os “helps”.

A Karla e Ana Lídia, pelos valiosos ensinamentos de como manter a mente sã.

Minha querida equipe de trabalho na A.P 3.3 com um carinho especial a Luara e Debora cuja compreensão e amizade foram fundamentais para a conclusão dessa dissertação.

As nutris da minha vida: Vivi Marinho, Brunet Pitasi, Mari Valente, Chris Ayumi, Claudinha Mitie, Evelyn Rabello e Claudiane Sá agradeço por todas as palavras de incentivo e pela amizade que foi um grande presente que a UERJ nos deu.

A Cristal, Laura, Roberta, Lícia, Flora, Léo, Amanda, Ju, Renan, Gabriel e Ana G. Voadores, amigas e amigos queridos promotores de momentos felizes.

A amiga-irmã-desde-sempre Aline Guilhon, meu agradecimento para toda vida!

A querida Carol Krause, amiga, revisora, companheira de aventuras é literalmente uma fada (madrinha) e ainda é da família!

Aos meus pais Cenildo e Brandira e meus irmãos Gustavo e Érika por TODO o apoio e amor incondicional. É uma dádiva ter nascido nessa família. Amo vocês!

Ao amado José Henrique, não sei o que teria sido sem sua ajuda, leitura, transcrição, apoio e muito mais.

Os pescadores criaram um vínculo tão grande com a pesca e com o mar, que é difícil! Eles, às vezes, até pega um emprego [...] mas quando eles tiverem as férias deles, eles vem e pesca, vão pro mar pescar. Sabe por quê? É no sangue! É tá no sangue, tá na forma de viver, tá no modo de pescar, no modo de agir. Pescador é assim. Ele tá sempre com a natureza, com o mar. É uma ligação muito íntima mesmo, coisa de Deus, entendeu?

Pescador Sr. A.

RESUMO

MENDONÇA, Elisa Proença da Silva. *Vulnerabilidade e Segurança Alimentar e Nutricional em uma comunidade de pescadores de Macaé*. 2013. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A Política Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem como principal grupo focal as chamadas comunidades tradicionais, tais como comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pescadores. A relevância da SAN no contexto nacional pode ser entendida considerando-se o processo histórico de marginalização e pelas crescentes dificuldades que essas comunidades enfrentam atualmente. A SAN reafirma a importância da sustentabilidade no modo de produção de alimentos desses grupos sociais. Estudos sobre a SAN em comunidades tradicionais tendem a limitar-se nos aspectos relacionados ao acesso aos alimentos, ignorando, muitas vezes, a reflexão referente a outros aspectos tais como as diversas dimensões envolvidas no cotidiano de vida das pessoas: saúde, tradição, cultura e sustentabilidade. O presente estudo objetivou pesquisar o contexto de SAN à luz da construção de uma categoria de análise, a Vulnerabilidade Alimentar (VA), identificando elementos socioculturais no contexto do acelerado desenvolvimento urbano e suas implicações para a SAN dos pescadores da Colônia Z-03 de Macaé/RJ. Como método foi feita revisão bibliográfica de artigos e documentos envolvendo SAN e a concepção de vulnerabilidade; observação direta no cais, locais de comércio de pescado e na região do bairro Barra de Macaé; e entrevistas com doze pescadores da Colônia. O município de Macaé apresenta peculiaridades decorrentes de seu explosivo crescimento econômico baseado na exploração petrolífera, que se apresentaram como uma ameaça à conquista da liberdade, e que poderia ser minimizada pela participação desses grupos em decisões políticas. Os elementos de VA no âmbito pessoal, especificamente em suas práticas de alimentação, identificados nas diferentes dimensões da SAN, estão relacionadas às mudanças urbanas com o deslocamento da comunidade pesqueira para locais mais distantes da praia, com sua pouca infraestrutura, com a disputa pelo espaço marítimo e perda de liberdade. No âmbito social, a VA esteve associada às poucas orientações e cuidados com alimentação, juntamente com a deficiência nos ativos sociais disponíveis, principalmente na atuação das entidades de pesca em questões que aumentariam a rentabilidade da pesca como subsídios para combustível. Nesse sentido, as estratégias de proteção e desenvolvimento do município não promovem uma melhoria das condições de vida e alimentação dos pescadores,

pois não se guiam pelas especificidades de suas demandas e não promovem coesão social, ao contrário, incentivam um individualismo com uma competitividade que reforça as relações desiguais da migração com a extração de petróleo. A liberdade que poderia ser um fim e o meio para o processo de desenvolvimento econômico da cidade, enquanto participação de todos, está cada vez menos presente nas condições de SAN dessa comunidade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Transformações sociais. Vulnerabilidade Alimentar. Pescadores Artesanais. Comunidades tradicionais.

ABSTRACT

MENDONÇA, Elisa Proença da Silva. *Vulnerability and Food and Nutritional Security in a fishermen community of Macaé city*. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The Brazilian Food and Nutritional Security policy (SAN) main focus is the so called traditional communities, such as riverside communities, indigenous communities and fishermen communities. The relevance of SAN in the Brazilian national context can be understood by considering the historical process of marginalization of these people and the growing difficulties that these communities have to face to maintain their way of life. SAN helps the persistency of artisanal fishermen because, among its determinations, reaffirms the importance of sustainable way of food production of these fishermen. However, most studies related to SAN and traditional communities address this subject by focusing on access problems to food and ignoring, in most cases, a most needed reflection concerning other aspects of the multiple dimensions related to these people daily life such as healthcare, tradition, culture and sustainability. Thus, the present work aimed to investigate SAN in the context of theoretical framework on vulnerability used, mainly, in the Collective Health research field. Food vulnerability situations were identified based on the SAN dimensions and the individual, social and programmatic/institutional aspects of vulnerability. The research methods were direct observation and interviewing of twelve fishermen of Z-03 Fishermen Colony in the city of Macaé, in the east coast of Rio de Janeiro state. This city presents some peculiarities that arose from the explosive economic growth based on oil exploitation. This fast growth this not prioritized the increase of freedoms that should be the end and de meaning of the every development process. The achievement of freedom can be augmented by public policies that reciprocally, may also be influenced by the use that the populations make of the participatory ability. The elements of the food vulnerability in the individual, social and institutional spheres were identified with in the multiple dimensions of SAN. There for is conclude that the situations of food vulnerability experienced by fishermen are, partly, mitigated that by group social networks. The present study does not intend that the fishermen become stagnated in the development process but longs that they be includes in such process in order to reduce the existed social inequalities.

Keywords: Food and Nutritional Security. Social transformations. Food vulnerability. Artisanal fishermen. Traditional communities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Componentes e dimensões da Vulnerabilidade Alimentar	29
Figura 2 - Fachada Colônia de Pescadores Z-03	33
Figura 3 - Fachada do Mercado Municipal de Peixe.....	34
Figura 4 - Cestas básicas e material de pesca disponíveis para distribuição. Associação Mista de Pescadores de Macaé, RJ.....	35
Quadro 1 - Matriz de articulação entre os conceitos de vulnerabilidade e de Segurança Alimentar e Nutricional.....	39
Figura 5 - Mapa da localização do município de Macaé, RJ.....	41
Figura 6 - Barcos ancorados no cais em Macaé.	46
Figura 7 - Barcos pesqueiros em Santa Catarina.....	47
Figura 8 - Localização dos bairros de moradia dos pescadores de Macaé, RJ.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
AMB	Associação de Moradoras da Barra
CEASA	Central de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IA	Insegurança Alimentar
IBAMA	Instituto Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MPA	Ministério da Aquicultura e Pesca
PEPESCA	Pesquisa-ação na Cadeia Produtiva da Pesca
PIB	Produto Interno Bruto
PT	Partido dos Trabalhadores
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
VA	Vulnerabilidade Alimentar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO	16
1.1 Revisão e atualização da concepção de Segurança Alimentar e Nutricional	16
1.2 Limites da concepção de Insegurança Alimentar	21
1.3 Vulnerabilidade alimentar: ampliando olhares	23
2 PERCURSO METODOLÓGICO	32
2.1 Técnicas de coleta e registro de informações	36
2.2 Seleção dos entrevistados e entrevistas	37
2.3 Análise dos dados	38
3 MACAÉ E O BAIRRO BARRA DE MACAÉ	41
3.1 O município de Macaé	41
3.2 A pesca e os pescadores em Macaé	43
4 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB UM OLHAR EXPLORATÓRIO: CONTEXTO E VULNERABILIDADE ENTRE OS PESCADORES	52
4.1 As Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional	52
4.1.1 <u>Direito à alimentação</u>	53
4.1.2 <u>Aspectos Sociais e Ambientais relacionados a SAN</u>	54
4.1.3 <u>Aspectos relacionados à quantidade e qualidade dos alimentos</u>	58
4.1.4 <u>Aspectos relacionados à Promoção da saúde</u>	68
4.1.5 <u>Tradição e cultura alimentar</u>	72
4.2 Segurança Alimentar e Nutricional e sua interface com a vulnerabilidade alimentar e o desenvolvimento	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B	98
ANEXO	100

INTRODUÇÃO

A formação do nutricionista possui uma forte ênfase biológica, por meio da qual os alimentos são vistos apenas como fonte de nutrientes (FREITAS, MINAYO e FONTES, 2011). Minha formação em nutrição não foi diferente, após a graduação me deparei com situações diversas e mais complexas do que a prática focada na prevenção e no tratamento de doenças através do cálculo dietético. Percebi a necessidade de me aprofundar em diferentes campos do conhecimento, pois estudos sobre alimentação e nutrição carecem de uma discussão diferenciada, onde o ato de alimentar-se não esteja relacionado somente com as necessidades fisiológicas, uma vez que a alimentação é um fenômeno complexo e possui diferentes sentidos e significados para os seres humanos. Para compreendê-la é necessário apreender os hábitos, crenças, identidade, enfim todo um contexto no qual os indivíduos estão inseridos (CANESQUI e GARCIA, 2005).

Desta forma, busquei explorar a nutrição por outros ângulos, em especial àquele vinculado às políticas e a cultura alimentar. Durante o ano de 2010 fiz a especialização em Saúde Pública, na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ). Durante este curso incorporei um olhar amplo e compreensivo das condições de vida e de saúde das populações. Para a realização da monografia de conclusão de curso da especialização procurei me reaproximar de professoras, que durante minha graduação em nutrição na UERJ, começaram a instigar essa visão. Nessa aproximação me envolvi no projeto “Cultura e Práticas Alimentares em Comunidades Tradicionais das Regiões no Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”, cujo objetivo era mapear a cultura alimentar de populações tradicionais na perspectiva das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O projeto era desenvolvido pela UERJ em conjunto com as Universidades Federais de Mato Grosso e do Rio de Janeiro - Campus Macaé. Minha inserção neste estudo ocorreu como voluntária e acabei desenvolvendo minha monografia de especialização e minha dissertação de mestrado com este objeto de estudo – a segurança alimentar e nutricional em comunidades tradicionais. Na monografia apontei possíveis entraves à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da comunidade de pescadores de Macaé no que diz respeito à renda e para o mestrado foi necessário aprofundar o tema articulando as dimensões da SAN com aspectos relacionados à vulnerabilidade alimentar em comunidades tradicionais.

São consideradas comunidades tradicionais os povos indígenas, os remanescentes de quilombos, populações tradicionais marítimas, onde incluem-se os pescadores artesanais e suas

diferentes denominações que variam de acordo com a região do país. Tais comunidades têm como característica sua organização em atividades econômicas de pequena escala, habitualmente baseadas no uso de recursos naturais renováveis (DIEGUES, 1983). O governo brasileiro vem focalizando políticas para essas comunidades tendo em vista o processo histórico de marginalização desses povos, como a escravização no caso de quilombolas e indígenas e pela crescente dificuldade que essas comunidades enfrentam em manter e decidir com autonomia seu modo de vida e de produção de alimentos (CONSEA, 2010). A política de Segurança Alimentar e Nutricional é uma dentre elas. Possui um olhar especial para essas comunidades devido a sua fragilidade e risco à extinção, especialmente por possuírem uma relação estreita com a natureza como seu modo de vida. A Política de SAN busca proteger e contribuir na sobrevivência desses povos, reforçando o caráter de sustentabilidade no modo de produção de alimentos dessas comunidades como por exemplo nas atividades de agricultura familiar e atividades de pesca.

Ao pesquisar sobre SAN em comunidades tradicionais, nos deparamos com estudos voltados para o conceito de insegurança alimentar (NOBRE, 2009; LIBERALINO, 2011; MEDEIROS, 2011). Consideramos nesta pesquisa que a vulnerabilidade pode ser uma categoria de análise associada à insegurança, assim como a seu oposto, Segurança Alimentar, operacional na compreensão dos aspectos e elementos que influenciam a saúde e alimentação dessas comunidades. Buscamos identificar não somente aspectos relacionados ao acesso aos alimentos, mas também às complexas questões que os cercam em diversas dimensões envolvidas nas mudanças no cotidiano de vida das pessoas e nas influências do desenvolvimento acelerado da cidade, à luz do referencial teórico da vulnerabilidade, utilizada dentro do campo da saúde coletiva, por Ayres (2003). Para esse autor a vulnerabilidade compreende um fenômeno composto por diversos elementos da realidade cotidiana que expõem as pessoas a agravos à saúde. Em nossa pesquisa, identificamos situações de vulnerabilidade alimentar tendo como base as dimensões da SAN e os aspectos individual, social e programático/institucional da vulnerabilidade.

Alguns elementos do contexto foram se tornando relevantes como, por exemplo, a situação das comunidades tradicionais de pescadores artesanais possuírem uma relação de dependência do centro urbano próximo principalmente para escoamento da produção pesqueira (DIEGUES, 1994), ou o problema do ambiente hostil de desenvolvimento econômico para os pescadores artesanais da comunidade Z-03 de Macaé. Para compreender como o processo de desenvolvimento da cidade está relacionado com a vulnerabilidade desses pescadores,

utilizamos o referencial de liberdade de Amartya Sen (2000), em que a liberdade deve ser o fim e o meio do desenvolvimento. A conquista da liberdade deve estar centrada no aumento das “capacidades”, de autonomia das pessoas na escolha de uma forma de vida. Investigamos a articulação dessas capacidades com as políticas públicas, tanto no sentido de uma proteção externa, como no sentido de abrir espaços de inserção e participação que pode potencializar os sujeitos, gerando assim mais autonomia e liberdades.

Neste sentido, o objetivo dessa dissertação foi investigar a vulnerabilidade alimentar de pescadores da Colônia Z-3 de Macaé, a fim de contribuir para uma discussão mais ampla no que concerne à Segurança Alimentar e Nutricional desses pescadores. Os objetivos específicos para a construção dessa reflexão foram: descrever algumas mudanças sociais, econômicas e ambientais locais que afetam o pescador; relacionar as dimensões da SAN com os componentes da vulnerabilidade; e discutir a influência do desenvolvimento econômico na situação de vulnerabilidade alimentar desses pescadores.

Assim estruturamos a dissertação da seguinte forma: principiamos com uma revisão de alguns dos aspectos históricos da Segurança Alimentar e Nutricional, que dialogam com uma condição de Vulnerabilidade, para que o leitor compreenda como chegamos ao conceito de vulnerabilidade alimentar. Seguimos para o percurso metodológico, onde foi apresentado o campo de estudo e as técnicas de pesquisa utilizadas. Mais adiante, iniciamos a apresentação dos resultados com a descrição da cidade de Macaé, sua história e as transformações ocorridas nos últimos anos; e as características dos pescadores que vivem no bairro da Barra de Macaé, *locus* dessa pesquisa. A sessão dos resultados foi então apresentada em dois itens: a discussão sobre as dimensões da SAN e os diferentes âmbitos da vulnerabilidade alimentar; e a discussão de vulnerabilidade e desenvolvimento. Para concluir, desenvolvemos algumas reflexões sobre o enfrentamento da situação de vulnerabilidade alimentar e SAN dos pescadores da Colônia Z-3.

1 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO

1.1 Revisão e atualização da concepção de Segurança Alimentar e Nutricional

As questões relacionadas à Segurança Alimentar (SA) passaram a ser mais profundamente pensadas quando a disponibilidade e o acesso aos alimentos tornaram-se uma questão de segurança das Nações, principalmente após a II Guerra Mundial, nos anos 1940, quando surge a discussão do tema de forma abrangente dentro do contexto político dos países (MALUF, 2011). Foi o momento em que ficou evidente que o domínio de um país sobre o outro poderia ocorrer por meio do controle do fornecimento de alimentos. A falta de alimentos fragilizava os países, o que influenciava diretamente na segurança nacional dos territórios. Durante esse período, buscava-se a formação de estoques de alimentos e autossuficiência na produção. Além disso, em um mundo assolado pela guerra, era necessário reerguer as economias e definir políticas voltadas à recuperação econômica dos países (MENEZES, 2001).

Nos Estados Unidos (EUA) a preocupação com questões relacionadas à produção, qualidade e assistência alimentar, teve início com a crise de 1929, dando origem ao que hoje pode ser entendido como uma das primeiras políticas de segurança alimentar, apesar do termo àquela época ainda não haver sido incorporado ao debate (MALUF, 2011). Quando relacionamos as políticas na área com o contexto mais amplo, percebemos que as ações dos governos no EUA, assim como na Europa, foram focalizadas na revitalização de suas economias. Principalmente por meio do fortalecimento do mercado interno, da circulação de mercadorias, da geração de empregos e da inclusão do incentivo ao consumo da população.

Ainda em um contexto de crise, em 1945 foi criada a FAO (*Food and Agriculture Organization*), órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, cujo foco era o combate à fome mediante a produção de alimentos e até hoje é uma das referências internacionais nas questões de segurança alimentar. A FAO promoveu, em 1974, a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, em Roma. Na época a segurança alimentar se relacionava à produção de alimentos, porém o evento trouxe um grande avanço quando representantes dos EUA e de países europeus se comprometeram em assegurar a alimentação como um direito inalienável de todos os cidadãos e de forma a protegê-los da desnutrição e da fome, e a garantir-lhes desenvolvimento físico e mental (DOMENE, 2003; FLORENTINO, 2010).

Continuando o percurso histórico sobre a formulação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 1983 a FAO conceituou Segurança Alimentar como: “assegurar que todas as pessoas em todos os momentos tenham acesso físico e econômico aos alimentos básicos que precisam” (FAO, 2003, p. 3). Esse novo conceito era baseado na oferta adequada de alimentos, na sua estabilidade e segurança biológica. A maior abrangência do conceito teve como objetivo incentivar a inclusão do universo do consumo, ampliar a atividade econômica no mundo através do acesso aos alimentos e incluir a expansão agrícola, porém não incluía de forma explícita a qual população se destinava. Maluf (2007) apontou que, de maneira formal e explícita, a expressão segurança alimentar foi utilizada em políticas públicas nos Estados Unidos somente em 1985, com a Lei de Segurança Alimentar, a *Food Security Act*. Nesse documento a SA era entendida como a necessidade de formar e gerir estoques governamentais de alimentos para momentos de possível escassez.

Posteriormente, em 1986, o Banco Mundial elaborou ainda mais o conceito apresentando-o como “acesso por parte de todos, a todo o tempo, a quantidade suficiente de alimentos para levar uma vida ativa e saudável” (FAO, 2003, p.27). Portanto, mais do que a disponibilidade, a capacidade de acesso aos alimentos pela população adquire importância para a política de segurança alimentar, estando atrelada a melhor distribuição de renda e diminuição da pobreza. Além destes aspectos, este é o primeiro momento em que se observa a incorporação da dimensão do direito humano, uma vez que “todos” devem ter acesso aos alimentos, mesmo sem uma conceituação explícita do termo. Aliada à inclusão da noção de direito surge também a dimensão do bem-estar e da saúde. Considerando ainda a análise do contexto econômico na época, ao propor a ampliação do acesso aos alimentos a todos os cidadãos, vislumbrava-se ampliar o consumo e movimentar a economia dos países.

Já no Brasil, o processo de consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional ganhou outras dimensões além das discutidas internacionalmente. Para Freitas (2005) o grande diferencial do processo de construção do conceito brasileiro foi o protagonismo dos movimentos sociais. Tal fato contribuiu para a ampliação do conceito, incluindo a preocupação com o desenvolvimento social, sendo essa uma das finalidades práticas do próprio conceito. A má distribuição de renda e a pobreza são problemas não equacionados no Brasil, que está entre os países mais desiguais e díspares do mundo, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Ainda segundo a autora, durante décadas o desenvolvimento social foi deixado de lado por parte dos governos, que priorizaram um modelo de crescimento econômico feroz e conservador, que resultou em pouco espaço para o desenvolvimento da cidadania e da equidade

social. Com isso uma parcela considerável da população ainda apresenta dificuldades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

A partir dos anos de 1985, no período da Nova República, foi possível perceber as origens do enfoque atual da segurança alimentar. Nessa época a SA surgiu pela primeira vez como referência em uma política de combate à fome, por meio do documento intitulado “Segurança Alimentar – proposta de uma política contra a fome”. Esse documento, produzido por uma equipe técnica a convite da Superintendência de Planejamento do Ministério da Agricultura, repercutiu em poucas ações práticas, porém, propôs dois importantes objetivos para a SA: atender as necessidades alimentares da população e atingir autossuficiência na produção nacional de alimentos. Nesse período o Brasil e outros países da América Latina vivenciavam uma forte estagnação econômica, devido à redução do Produto Interno Bruto, a aceleração do processo inflacionário, a fraca produção industrial, a perda do poder de compra dos salários e o alto nível de desemprego (MALLMANN, 2011). Os anos de 1980 foram anos de estagnação econômica, porém de importantes ganhos políticos como a volta da democracia, impulsionada, em grande parte, por um levante das lutas populares.

Ainda nessa época, em 1986, ocorreu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que foi um marco para a Reforma Sanitária Brasileira. Durante esse evento ocorreu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, com grande importância, pois lançou proposições que posteriormente contribuiriam para a inserção da dimensão nutricional ao conceito de SA (BURLANDY, 2004).

Nos anos seguintes, o país vivenciou um controle da hiperinflação e uma estabilização da moeda. Com isso o salário mínimo teve um aumento real e sistemático, dentre outros ajustes econômicos que propiciaram um aumento da produção de bens e conseqüentemente na produção agrícola. Esse novo período fez com que os governos do Brasil dessem alguma atenção (por razões políticas e pressões populares) as questões de SAN. Até que em 1994, o governo do presidente Itamar Franco criou o primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que, apesar da breve existência, promoveu como ato mais relevante, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Os temas discutidos foram previamente debatidos em conferências realizadas em todos os estados. A conferência elaborou um documento que buscava ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir o custo às famílias, assegurar qualidade biológica, sanitária e nutricional e tecnológica aos alimentos, de forma a estimular práticas alimentares e estilo de vida saudáveis e assegurar a saúde, nutrição e alimentação a determinados grupos populacionais (VASCONCELOS 2005; MALUF 2007).

O CONSEA foi desfeito no mesmo ano de sua criação, no início da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que implementou o Programa Comunidade Solidária em 1995, cujo objetivo era combater à fome e às desigualdades por meio de um plano de estabilização econômica (MALUF, 2007). O tema da SA ainda era tratado de forma fragilizada, pois as ações eram realizadas mediante programa de governo e não como uma política de Estado. Ainda nesse período, o governo constituiu uma comissão formada por representantes do governo federal, iniciativa privada e sociedade civil, para a elaboração de um documento a ser apresentado na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996. O documento, elaborado como um relatório apresentou um diagnóstico abrangente, revelando avanços na concepção do tema principalmente por propor uma ampliação da definição de SA, na qual se incluiu a dimensão nutricional comprometida com uma alimentação saudável (MALUF, 2007).

Para Maluf (2010), as décadas de 1980 e 1990 foram momentos em que os governos brasileiros abdicaram da construção de uma Política Nacional de SAN. Tal fato pode ser notado através da persistência de elevados índices de pobreza e desigualdade, além de poucos incentivos na produção de alimentos, regulação dos mercados, na saúde e na nutrição. O lançamento do Programa Fome Zero, em 2003, foi considerado pelo autor como o início da construção de uma agenda de SAN no Brasil e introduziu no cenário político a dimensão do direito humano à alimentação adequada.

O Programa consistiu num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome, implementados pelo ou com o apoio do Governo Federal (SUPLICY, 2002).

O programa foi pensado como um conjunto de ações políticas como: a construção participativa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e um mutirão contra a fome, que buscou envolver as esferas de governo municipal, estadual e federal e todos os ministérios (BRASIL, 2006).

A instituição do novo CONSEA, juntamente com a participação da sociedade civil, deu início ao delineamento da Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. Nesse período, em 2004, ocorreu a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II CNSAN), que mobilizou quase todos os estados brasileiros na criação de CONSEA estaduais. Para o evento diversos textos foram preparados, com a forte e expressiva presença da sociedade civil, incluindo representantes indígenas, quilombolas e portadores de deficiência (VASCONCELOS, 2005). O texto final da conferência reafirmou a abrangência do conceito de

SAN no Brasil e da Política Nacional de SAN (PNSAN). As deliberações foram de grande importância para a construção da agenda nacional de SAN (PESSANHA, 2004; MALUF, 2007).

A partir desse momento a SAN foi reconhecida como um conceito amplo, interdisciplinar e multidimensional, ligado à renda, ao acesso a alimentos de qualidade, às práticas alimentares saudáveis, às formas sustentáveis de produção de alimentos, à cidadania e aos direitos humanos. Tornou-se um conceito em permanente construção que agrega diferentes interesses e diversos setores da sociedade. De acordo com documento aprovado na II CNSAN, referendado na III Conferência Nacional de SAN, de 2007, e, posteriormente, consolidado em Lei Orgânica (LOSAN, 2006), a SAN é definida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006, artigo 3º)

A definição acima apresenta duas dimensões, referendadas pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), quais sejam, a alimentar e a nutricional. A dimensão alimentar se refere à quantidade de alimentos suficiente e estável para atender a demanda, de forma permanente e equitativa, no sentido de garantir o acesso às necessidades nutricionais e sustentáveis do ponto de vista social, econômico e cultural. Já a dimensão nutricional inclui a escolha de alimentos saudáveis, técnicas de preparo e consumo adequadas, qualidade higiênico-sanitária dos alimentos consumidos, acesso aos serviços de saúde e a atenção a fatores ambientais que possam ter influência nas condições de saúde e nutrição das populações, onde fatores culturais, ambientais e psicossociais também estão inclusos (ABRANDH, 2005).

Buscando contemplar a multidisciplinaridade da Segurança Alimentar e Nutricional o CONSEA, em um relatório sobre a SAN no Brasil, apresentou uma matriz para seleção, análise e discussão de indicadores de monitoramento da SAN no país (CONSEA, 2010). Esse estudo foi produzido pelo grupo de trabalho do Conselho, que descreveu as variáveis que compõem as sete dimensões da SAN e que são utilizadas na construção de indicadores que buscam conhecer: a disponibilidade de alimentos; a renda; o acesso à alimentação adequada; a educação; a saúde; as políticas públicas e orçamentos relacionados ao tema, demonstrando a amplitude e interdisciplinaridade necessárias às políticas de SAN. Como explicita Prado (2010):

A implementação da SAN implica ações articuladas envolvendo vários setores: política econômica, emprego e renda, políticas de produção agroalimentar (políticas agrária, de produção agrícola e agroindustrial), comercialização, distribuição, acesso e consumo de alimentos, com perspectivas de descentralização e diferenciação regional; ações emergenciais contra a fome; ações de controle da qualidade dos alimentos; diagnóstico e monitoramento do estado nutricional e de saúde de populações; estímulo a práticas alimentares saudáveis, além da valorização das culturas locais e regionais (PRADO et al, 2010, p.8).

O percurso de construção do conceito de SAN, atualmente reconhecido no Brasil, partiu da dimensão da disponibilidade e acesso a alimentos para grupos em situação de fome, incorporando posteriormente a dimensão da alimentação como direito de cidadania, de forma a atender as demandas individuais, quanto à adequação alimentar e nutricional condizentes com a promoção da saúde; e as demandas coletivas, quanto ao respeito à diversidade cultural e a aspectos sociais, econômicos e ambientais.

1.2 Limites da concepção de Insegurança Alimentar

A intersetorialidade, que parece ser intrínseca à temática da SAN, não está totalmente articulada quando consideramos o “outro lado da moeda”, a insegurança alimentar (IA). Segundo diversos autores (BICKEL, 2000; DILLEY, BOUDREAU, 2001; VALENTE, 2002; FAO, 2003; LØVENDAL, 2004, 2005; WEBB, 2006, ROSE, 2008), a IA é conceituada como uma indisponibilidade de alimentos e a incerteza para adquirir alimentos seguros e adequados nutricionalmente, em decorrência da dificuldade de acesso e do consumo. Envolve também a falta de alimentos de forma eventual ou permanente e as estratégias para o enfrentamento do problema.

Em relação ao consumo e acesso de alimentos a IA pode ser percebida, desde a preocupação com a quantidade dos alimentos e a redução da qualidade da alimentação dos adultos, até a forma mais grave quando ocorre a baixa ingestão de alimentos entre as crianças. Também, está relacionada às situações como obesidade, consumo de alimentos de baixa qualidade, doenças associadas à má nutrição, alto custo dos alimentos e mudanças no padrão alimentar, que não considere a diversidade cultural. Desta forma alguns grupos estão mais suscetíveis a IA e às desigualdades estruturais, de renda e de oportunidades de inclusão econômica e social (KEPPLER e SEGAL-CORREA, 2011).

A IA tem sido mensurada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é uma adaptação transcultural da *Household Food Security Survey Module* e foi validada para a realidade brasileira. A EBIA é um instrumento amplamente utilizado em estudos nacionais e busca avaliar a prevalências de insegurança alimentar e qualificar os domicílios em quatro níveis (SEGALL-CORREA, 2003):

1. Segurança Alimentar - os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
2. Insegurança Alimentar Leve - preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
3. Insegurança Alimentar Moderada - redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
4. Insegurança Alimentar Grave - redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando o indivíduo não tem o que comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

A escala refere à percepção do indivíduo sobre a alimentação nos últimos três meses, identificando se existe preocupação que o alimento acabe antes que exista a possibilidade de adquirir mais, se ocorre diminuição do consumo de alimentos, questões sobre o acesso a uma alimentação saudável e variada e até a falta do alimento no domicílio (IBGE, 2010).

A EBIA tem sido considerada um instrumento adequado para mensurar a insegurança alimentar em domicílios, no que se refere ao acesso aos alimentos. Os resultados obtidos por meio de sua aplicação apresentam boa correlação com as variáveis socioeconômicas, oferecendo dados importantes sobre a situação de SAN da população brasileira, com vistas à formulação de políticas e ações específicas para seu enfrentamento (MARIN-LEON, 2011). Panigassi *et al.* (2008) utilizam ainda a Insegurança Alimentar familiar, obtida pela EBIA, como um indicador de iniquidade social, que representa a diferenças de acesso aos alimentos e à alimentação saudável. Para os autores a Insegurança Alimentar reflete a negação aos direitos elementares da pessoa, como os de estar vivo e sem doença, estar bem nutrido, assim como de ter garantido o seu direito ao respeito próprio e o de ser respeitado como cidadão.

Adotando a distinção proposta por Schramm (2012) entre os termos vulnerabilidade e vulneração, sendo a primeira condição – potencial – dos que *podem ser* “feridos” e a segunda condição – ato – de quem *já está* “ferido”, a EBIA tem por propósito mensurar a vulneração de uma população ou grupo específico ao discriminar aqueles considerados em situação de SAN daqueles em IA leve, moderada ou grave. A identificação de grupos vulnerados pode contribuir para definição de estratégias de proteção e superação dessa situação, ou seja, de ações políticas focalizadas nos grupos que vivenciam a IA em seu cotidiano.

A utilização da EBIA, portanto, parece ter um valor prático inquestionável. Porém, seu uso parece não ser suficiente quando se pretende abordar as diversas dimensões envolvidas no cotidiano de vida de pessoas e grupos que vivem em situações de aceleradas mudanças no ambiente, como no contexto social dessa pesquisa. Para além da dificuldade de acesso aos alimentos, é importante uma ampliação que demanda uma concepção multidimensional e intersetorial para fazer interlocução com a concepção da SAN no campo da pesquisa com os pescadores de Macaé.

Sendo assim, para investigar, de forma multidimensional, as situações que envolvem a SAN de pescadores, buscou-se uma concepção alternativa que pudesse atender mais adequadamente aos interesses da presente investigação como uma categoria de análise. Para isso a concepção de vulnerabilidade foi aprofundada no intuito de favorecer a compreensão, não restrita à questão do acesso aos alimentos e à sua composição química, mas, também, às questões culturais, sociais, econômicas, ambientais que estão envolvidas na SAN no contexto de vida dos pescadores de Macaé.

1.3 Vulnerabilidade alimentar: ampliando olhares

O conceito de vulnerabilidade se refere à qualidade ou estado do que é ou se encontra vulnerável, ou seja, expressa o aspecto universal da condição humana, tendo em vista sua fragilidade e condição inequívoca de finitude e mortalidade, podendo em princípio ser aplicada a qualquer pessoa (SCHRAMM, 2012). Esse autor considera o conceito de vulnerabilidade paradoxal, pois é “ao mesmo tempo um termo semanticamente denso (como mostram as várias adjetivações que pretendem especificá-lo) e indefinido (entre a distinção entre algo em potência e algo em ato)” (SCHRAMM 2012, p.37).

Outra noção de vulnerabilidade é apresentada por Almeida (2010), que a aponta como uma limitação das capacidades ou da liberdade e, neste caso, se aplica a grupos específicos, que

por questões físicas, psíquicas ou socioeconômicas poderão ser considerados vulneráveis, necessitando proteção ou defesa. A autora relaciona o conceito com a noção da garantia de direitos, como anunciado na Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO), que estabelece a obrigatoriedade de se respeitar a vulnerabilidade humana, bem como a integridade pessoal. Sendo assim, como um princípio ético, a vulnerabilidade impõem a obrigação de ação moral por reconhecer que todas as pessoas são vulneráveis (ALMEIDA, 2010).

A partir da década de 1990 o conceito de vulnerabilidade ganhou cada vez mais espaço e começou a ser utilizado nas mais diferentes disciplinas e campos acadêmicos. Especial destaque para o campo da Bioética (ALMEIDA, 2010, SCHRAMM, 2012), da geografia (MANDAROLA, HOGAN, 2004a; 2004b) e da saúde (AYRES, *et al.*, 2003).

Diversos autores (FORD, SMIT, 2004; MANDAROLA, HOGAN, 2006; BERTOLOZZI *et al.*, 2009) apontam para as múltiplas definições encontradas na literatura, porém, Ford e Smit (2004) relatam que há um consenso de que a vulnerabilidade se refere à susceptibilidade em relação a um ou mais estímulos e que existem duas perspectivas principais: a biofísica e a social. Na abordagem biofísica, a vulnerabilidade é determinada pela natureza do evento ao qual o ser humano é exposto, a probabilidade ou frequência de ocorrência do evento; o grau de exposição humana; a sensibilidade aos impactos de um evento particular. Neste caso, o papel do ser humano na modificação do evento é minimizado, pois o foco está predominantemente no evento em si, em termos de amplitude, frequência, rapidez do seu aparecimento e distribuição espacial. Já a perspectiva social enfoca principalmente o ser humano como responsável pela determinação da vulnerabilidade, ou seja, responsável pelas condições sociais, políticas e econômicas que compõem a exposição. Os autores referem que esta perspectiva emergiu do reconhecimento de que riscos e desastres não são resultados de eventos físicos por si só, mas também são fortemente influenciados pelas condições sociais, econômicas e culturais que contribuem para exposições perigosas e para a capacidade de antecipá-las e gerenciá-las (FORD E SMIT, 2004).

Mandarola e Hogan (2006) no texto *As dimensões da vulnerabilidade* apresentam uma reflexão abrangente sobre a temática, destacando a importância da abordagem interdisciplinar da vulnerabilidade ambiental. Os autores apresentam a vulnerabilidade como:

“... um fenômeno expressivo da modernidade tardia, característica da forma de enfrentar o perigo nas diferentes escalas. Penetrando em todos os campos da vida social, risco e incerteza tornaram-se palavras-chave para compreender

as dinâmicas espaço-temporais contemporâneas, demandando um olhar abrangente da vulnerabilidade em sua multidimensionalidade inerente.” (MANDAROLA e HOGAN, 2006, p.33).

Ressaltam não ser necessário que um novo corpo científico disciplinar se construa para estudar a vulnerabilidade, mas sim o reconhecimento de que ela envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional e multifacetada, que torna imperativo o diálogo e um olhar mais abrangente diante do tema (MANDAROLA e HOGAN, 2006).

Os estudos demográficos da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), têm trabalhado também a vulnerabilidade como incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de manejar ativos para proteger-se (CEPAL, 2002). O documento da CEPAL (2002) aponta para a necessidade de valorização dos aspectos individuais que poderão determinar o grau de vulnerabilidade. Ou seja, a vulnerabilidade de grupos populacionais pode ser afetada pela capacidade de enfrentamento de situações adversas que envolvem desde as relações e estruturas de oportunidade; o capital social, humano e físico; e a estrutura das famílias no enfrentamento de muitos riscos.

Emerge na literatura a dimensão da capacidade individual e coletiva para o enfrentamento de situações que resultam em vulnerabilidade. Sendo assim, o conhecimento é considerado como o combustível para o *empoderamento*, que juntamente com o reforço à noção do direito de cidadania, são considerados fundamentais para a redução da vulnerabilidade.

Em resumo, a literatura é farta em estudos que aprofundam concepções de vulnerabilidade e a aplicam em diferentes situações. Apreendem-se destas as dimensões biofísica, social e individual que em conjunto e em intensidades distintas, em cada situação, conduzem a níveis diferenciados de vulnerabilidade.

O conceito de vulnerabilidade e suas perspectivas também aparecem nos estudos que o aplicam no campo da alimentação e nutrição ao longo do tempo. Dilley e Boudreau (2001) apresentaram o conceito como “a possibilidade de sofrer danos e a capacidade para seu enfrentamento (p.240)”. Nessa abordagem torna-se necessário identificar grupos e os diferentes níveis de vulnerabilidade enfrentados por eles. Esses autores argumentam que, no contexto da Segurança Alimentar, a vulnerabilidade pode ser um sinônimo para a suscetibilidade e denotar uma perspectiva de risco, centrada na causalidade e em situações imprevistas.

Ainda no campo da alimentação Løvendal *et al.* (2004) analisaram a relação entre vulnerabilidade e insegurança alimentar, entendendo que a primeira se refere ao risco de as pessoas ficarem abaixo de um limiar de segurança alimentar e a resiliência frente a ele, enquanto

a segunda é a própria situação de insuficiência alimentar. Ambas se relacionam como a dificuldade de acesso aos alimentos. Os autores construíram seus argumentos com base na análise de populações em situação de fome em Benin, Guatemala, Vietnã, Nepal e Afeganistão. Para isso, utilizaram a concepção de Segurança Alimentar elaborada pela FAO em 1983, que apresenta a SA como acesso físico e econômico a alimentos seguros, em quantidade suficiente para manter as necessidades nutricionais, atividades e saúde.

Alguns anos depois Pessanha e Michelli (2006) apresentam o conceito de vulnerabilidade alimentar, se referindo aos fatores causais da insegurança alimentar. Porém, em seu estudo, restringiram a conceituação de insegurança alimentar às questões de acesso e desigualdade distributivas do alimento. Esses autores trabalharam com a vulnerabilidade dessas populações a insegurança alimentar, principalmente através de indicadores de acesso aos alimentos.

Nessa dissertação abordamos o aspecto multifatorial da vulnerabilidade, olhando os possíveis fatores de vulnerabilidade alimentar e as estratégias com as quais os pescadores de Macaé buscam lidar com essa realidade. Assim foram consideradas as seguintes dimensões da SAN: quantidade, qualidade, promoção da saúde, respeito à cultura e tradições, sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A abordagem que foi utilizada é, portanto, complementar àquela utilizada para o estudo da IA. Por intermédio da investigação da comunidade de pescadores, buscamos compreender como ocorre o fenômeno alimentar e o que isso representa para o grupo de pescadores. Por meio de uma análise exploratória, procuramos compreender como o contexto de vida dos pescadores de Macaé se relaciona com a SAN.

A vulnerabilidade alimentar é proposta como uma categoria capaz de ampliar a abordagem da insegurança alimentar, por possibilitar maior articulação com o conceito de SAN, que é amplo, múltiplo e complexo. Para Pereira (2006), o estudo dos aspectos da vulnerabilidade é uma maneira de compreender o processo de deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades e aqui buscamos relacionar esse processo com dificuldades em realizar a SAN.

Ao pensar no termo vulnerabilidade de forma mais ampla, nos deparamos com as discussões no âmbito da saúde coletiva onde o termo tem sido usado como uma condição que diz respeito às transformações sociais. É comumente usada para apontar as suscetibilidades ou riscos a que uma população possa estar exposta a agravos e ao adoecimento, e assim é também considerada uma violação aos direitos e liberdades legais conquistadas (ALMEIDA, 2002).

Os eventos que vulnerabilizam os indivíduos são múltiplos, destacamos as questões econômicas, a fragilização de vínculos afetivos, as discriminações étnicas, etárias e de gênero, a violência, os conflitos políticos e de território. Pessoas ou grupos em vulnerabilidade são indivíduos incapazes de exercer plenamente a liberdade e, com isso, possuem uma autonomia e cidadania fragilizadas (CEPAL, 2002).

No contexto da saúde o conceito de vulnerabilidade vem sendo discutido de forma relativamente recente e está relacionado à noção de risco. Para a epidemiologia “risco” é utilizado como um instrumento para a qualificação das possibilidades de adoecimento devido à associação entre eventos. É um conceito de grande capacidade preditiva e operacional quando utilizado para reduzir probabilidades de agravos e de danos. Ayres (2003) aponta, entretanto, que o conceito de risco passou a ser questionado na época da eclosão da epidemia de AIDS, onde ficou clara a limitação dos saberes tradicionais da saúde pública isolados na busca de um “grupo de risco”. Esse conceito de risco se mostra limitado dentro de um mundo onde os fatos não se expressam somente em relações lineares e fixas de causa e efeito. Essa relação causal positiva é uma explicação parcial para que determinado fenômeno ocorra, ainda mais no caso de objetos múltiplos e interdisciplinares como a AIDS (ALMEIDA, 2002; AYRES, 2003; 2011) e se aplica também no caso da SAN, para a qual uma abordagem que considere somente uma relação causal direta se torna limitada.

Para Sánchez (2007) o uso da vulnerabilidade na saúde busca romper com as práticas positivistas apoiadas no conceito de risco. No campo da alimentação essa busca também é pertinente, pois as questões relacionadas à alimentação se expressam num campo amplo, múltiplo, dinâmico e cultural. A vulnerabilidade surgiu como uma possibilidade de fazer a epidemiologia dialogar com outras ciências, uma possibilidade de construir saberes compreensivos e interpretativos (AYRES, 2006; SÁNCHEZ, 2007).

Ayres *et al.* (2003) contribuem para a ampliação do conceito ao afirmar que, de uma maneira geral, os estudos sobre vulnerabilidade buscam compreender como os indivíduos se expõem a dado agravo à saúde. Os autores propõem a vulnerabilidade como a conformação entre três componentes interdependentes: o individual, o social e o programático/institucional.

O componente individual se relaciona ao comportamento da pessoa que o coloca em situação de adoecimento de forma consciente ou não, também diz respeito ao grau e as informações qualificadas, à capacidade dos indivíduos em incorporá-las em suas preocupações, em seus assuntos de interesse e à possibilidade de efetivamente transformar as informações em práticas protetoras a saúde.

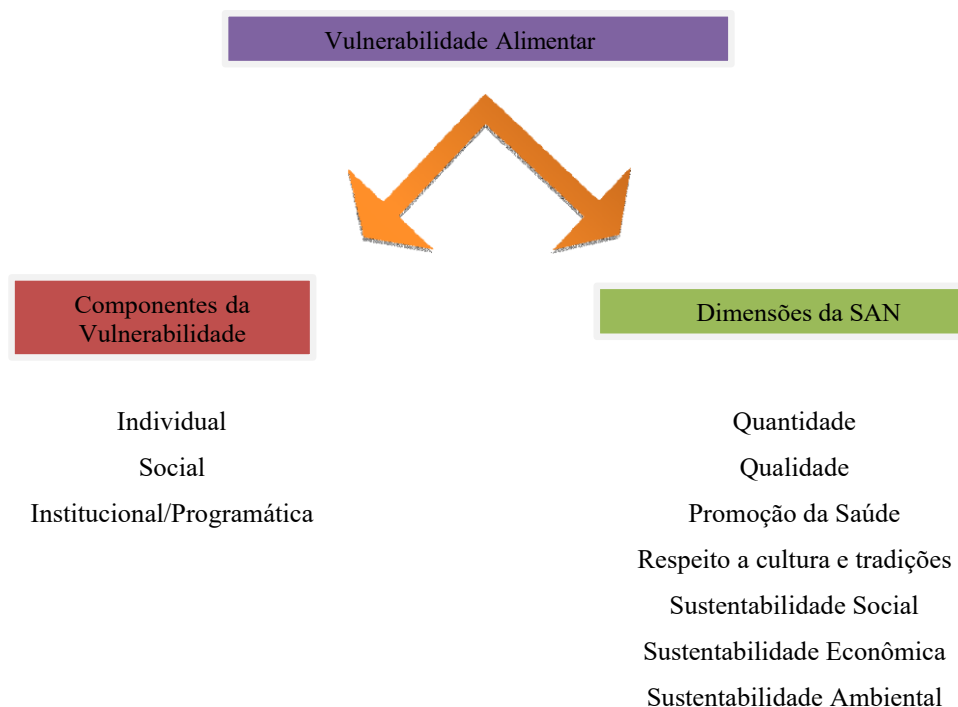
Já o componente social versa sobre a obtenção de informações e a capacidade do indivíduo compreendê-la a ponto de incorporá-la em seus hábitos do cotidiano, porém isso depende do contexto de vida do indivíduo. Do acesso aos meios de comunicação, escolaridade e, principalmente, se os recursos existentes para o enfrentamento ao agravo em questão são acessíveis, e possibilitam o enfrentamento de barreiras culturais.

E por fim a dimensão institucional/programática é a que orienta intervenções de caráter não normativo, buscando formas educativas num sentido mais colaborativo e menos impositivo, onde os indivíduos tenham acesso aos meios de proteção aos agravos. Nessa dimensão é importante avaliar se existem mecanismos institucionais para que os indivíduos se protejam dos agravos a sua vida.

A análise das vulnerabilidades não prescinde da análise epidemiológica de risco, porém as análises quantitativas da exposição a um agravo não incluem as interpretações dos significados sociais, a aferição do risco torna-se vazia e insuficiente. Para Ayres *et al* (2003), a vulnerabilidade se refere à chance de exposição das pessoas e populações aos agravos, como resultado de um conjunto de aspectos que se referem ao indivíduo e ao coletivo. Assim, a interpretação da vulnerabilidade deve incorporar o contexto, ou seja, o lócus dessa vulnerabilidade, que pode gerar maior ou menor suscetibilidade ao agravo. Compreender a vulnerabilidade é como tentar analisar algo que não está lá. É uma falta de segurança, de proteção social, do poder político e demais necessidades básicas (WEBB, HARINARAYAN, 1999).

A observação dos componentes da vulnerabilidade, proposta por Ayres *et al.* (2003), busca apontar as múltiplas faces da vulnerabilidade. Ao utilizar essas categorias, foi possível pesquisar as situações que podem contribuir para o cenário de vulnerabilidade alimentar na comunidade de pescadores de Macaé, por meio da análise das dimensões individual, social e programática/institucional.

A composição didática proposta por Ayres *et al.* (2003) para compreensão da vulnerabilidade e as dimensões presentes no conceito de SAN, atualmente em uso no Brasil, foram consideradas para a investigação da VA, e estão apresentadas conforme o esquema a seguir:



Fonte: Autoria própria.

O componente individual da vulnerabilidade alimentar foi relacionado à adequação da quantidade e da qualidade dos alimentos; as práticas alimentares promotoras de saúde; que por meio de informações veiculadas pela saúde, pela educação e outros setores, tornam a SAN uma preocupação ou uma possibilidade dos indivíduos realizarem mudanças em seus hábitos.

No componente social, foram consideradas as orientações e informações disponíveis sobre SAN, que chegam até essa população e são incorporadas ao seu cotidiano, sendo que, para isso, deve existir um contexto de escolaridade e situação de vida para que a SAN seja compreendida para além da questão do acesso aos alimentos, mas sim como a realização de direitos.

Já o componente institucional/programático compreende a existência de políticas públicas relacionadas à SAN, e a forma como as intervenções propostas por tais políticas são focalizadas para comunidade de pescadores e como são apresentadas e apropriadas por eles.

A execução de políticas de SAN possibilita colocar seu conceito em prática e, com isso, buscar reduzir a vulnerabilidade alimentar. Principalmente, por meio da inserção do tema da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada. Contudo, por vezes, essas políticas podem adotar um “tom” normativo, pouco dialógico com as populações que visam

proteger, uma vez que não é raro o pouco diálogo entre governos e populações. Ainda assim, são políticas que reafirmam a alimentação como um direito humano fundamental. Com isso, estudos, como o presente, que buscam a articulação entre os conceitos de SAN e de Vulnerabilidade Alimentar no contexto de uma comunidade de pescadores, podem trazer à tona elementos fundamentais para a compreensão da condição de vida dessa comunidade e fornecer subsídios para facilitar o difícil diálogo entre governantes e pescadores.

Segundo Dilley e Boudreau (2001), de uma maneira geral, as populações estão vulneráveis a uma emergência. Porém, alguns fatores que incluem as variáveis econômicas, institucionais, sociais e ambientais, podem tornar algumas populações vulneráveis às questões alimentares em qualquer momento, mesmo em uma situação de relativa estabilidade em relação à família, a moradia e a alimentação. Ou seja, em determinadas situações pode existir um equilíbrio instável, que, em função de um novo contexto social, econômico ou ambiental, pode ser alterado subitamente.

O conceito de vulnerabilidade social contribuiu para aprofundar a reflexão sobre a vulnerabilidade alimentar dos pescadores de Macaé, tendo em vista as mudanças socioeconômicas e ambientais que a cidade vem passando nas últimas décadas com o início da atividade do setor petroquímico.

Segundo relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em convenio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dentre os vários enfoques dados ao termo vulnerabilidade social, já existe um razoável consenso em torno de sua capacidade de captar situações intermediárias, localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, ou seja, de sua capacidade de identificar zonas de vulnerabilidades. O relatório aponta a capacidade de apreender a dinâmica dos fenômenos, especialmente ao descrever as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento (DIEESE, 2007).

Para a análise da vulnerabilidade social é necessário conhecer a existência de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco. A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à:

“maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade.” (DIEESE, 2007, p.14).

Segundo o relatório do DIEESE (2007), estes ativos estariam assim ordenados:

- (i) Ativos físicos, que envolveriam todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Estes poderiam ainda ser divididos em capital físico propriamente dito (terra, animais, máquinas, moradia, bens duráveis relevantes para a reprodução social); ou capital financeiro, envolvendo poupança e crédito, além de formas de seguro e proteção;
- (ii) Ativos humanos, que incluiriam o trabalho como ativo principal e o valor agregado ao mesmo pelos investimentos em saúde e educação, os quais implicariam em maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação etc.;
- (iii) Ativos sociais, que incluiriam as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. Assim, a condição de vulnerabilidade deveria considerar a situação das pessoas a partir dos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho; a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior “Cultura e práticas alimentares em comunidades tradicionais das regiões no Sudeste e centro-oeste do Brasil”, cujo objetivo geral é mapear a cultura alimentar de populações tradicionais numa perspectiva das políticas de SAN. Coube ao presente estudo, detalhar o contexto relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional e à Vulnerabilidade Alimentar de pescadores na área de abrangência da Colônia de Pescadores Z3, no município de Macaé.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo exploratório descritivo, que dá continuidade ao trabalho realizado na Especialização em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) com essa comunidade, e busca conhecer mais detalhadamente o tema em questão, tal como apresenta seu significado e o contexto social onde se insere. É um estudo que examina um novo interesse, fornece uma direção aos pesquisadores, ainda que existam teorias e conhecimentos sobre o tema e permite que a realidade seja percebida tal como ela é (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995). Para um melhor delineamento da pesquisa foi necessária uma primeira viagem ao campo, para tal o grupo de pesquisa organizou uma visita à cidade.

A primeira tentativa de ir a Macaé foi adiada devido às intervenções policiais na comunidade de pescadores. A cidade do Rio de Janeiro estava em plena época da implementação do projeto de pacificações de comunidades o que ocorreu uma ida às cidades do interior do Estado por pessoas que estavam sendo alvo das operações policiais na época. Tal cenário fez com que operações policiais se tornaram frequentes nos bairros mais pobres e periféricos da cidade, como na Barra de Macaé onde vivem muitos pescadores e sede da Colônia e Associação de Pescadores.

Em uma nova data a equipe de trabalho foi para Macaé. Nosso objetivo era apresentar o projeto para as lideranças locais e conhecer o campo de pesquisa. Nessa oportunidade conhecemos o então presidente da Associação Mista de Pescadores da Barra, o presidente da Colônia de Pescadores Z-3 e o Mercado Municipal de Peixes. Conversamos muito com os peixeiros que nos deram diversas informações sobre a dinâmica da pesca na cidade. Algumas informações coletadas na visita ao Mercado foram importantes para delinear as questões dessa pesquisa.

A Colônia de Pescadores Z-3 e o Mercado de Peixes ficam localizados na região mais central da cidade, próximo ao cais do porto e ao comércio. Já a Associação Mista de Pescadores, fica em uma rua sem saída, no bairro da Barra. Na Colônia e na Associação de Pescadores

conversamos longamente com seus respectivos presidentes. Apresentamos nosso estudo, fomos bem recebidas e sentimos que eles acolheram a ideia proposta.

Macaé é uma cidade de contrastes. Áreas de construções opulentas, modernas, carros importados de luxo convivendo lado a lado nas ruas com casas simples, sem pavimentação. A cidade possui importantes redes de hotéis, lojas de grifes e um *shopping center*, que fica em uma região mais afastada do centro, próximo ao Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A proximidade de áreas luxuosas e de pobreza em Macaé nos gerou reflexões de como deve ser a vida nesse lugar.

Figura 2 - Fachada Colônia de Pescadores Z-03



Fonte: Elisa Mendonça, 2011.

Figura 3 - Fachada do Mercado Municipal de Peixe



Fonte: Elisa Mendonça, 2011.

A segunda viagem a campo durou apenas um dia. Foi a pedido do presidente da Associação de Moradores da Barra. Ele solicitou apoio em uma atividade com as crianças da comunidade. Para a atividade ele contratou um carro de som que circulou durante a semana na comunidade, o que resultou em um grande número de crianças para o “cineminha” no final de semana. Esse evento não foi voltado especificamente para a comunidade de pescadores e com o número elevado de pessoas não foi possível saber se as crianças e mulheres presentes eram filhos e esposas de pescadores. Porém, foi um momento importante para estreitar os laços com a Associação e seu presidente. Tal fato se mostrou importante nas viagens seguintes, pois facilitou um acesso maior a comunidade. A partir dessa visita a associação se tornou um ponto de apoio para descanso, beber água, enfim, mais um local possível para transitar durante o trabalho de campo.

A terceira viagem ocorreu com objetivo de acompanhar o fim do trabalho de campo de outra mestrandia e durou quatro dias. O trabalho desenvolvido por ela demandou um grande envolvimento da pesquisadora com a comunidade de pescadores. Ao acompanhá-la foi possível conhecer prováveis informantes, apresentar a pesquisa e assim ampliar a rede de contatos. Pudemos conhecer melhor as áreas do bairro da Barra de Macaé que possuem denominação própria. Na região da Brasília tradicionalmente vivem os pescadores. Eles também estão em outros bairros, como Nova Holanda e Malvinas, ambos no entorno da Barra de Macaé, porém,

essas são regiões mais perigosas, sendo o acesso limitado devido à violência e intervenções policiais. Nessa ocasião, participamos de uma ação na Associação Mista de Pescadores, onde ajudamos a separar alguns materiais de pesca que seriam distribuídos, montar cestas básicas junto com presidente da associação. Participar ativamente desse evento foi um momento muito importante, ocorreram conversas informais com alguns pescadores, que se tornaram entrevistados, posteriormente. Andamos com o presidente da Colônia de Pescadores por regiões da Brasília e fomos apresentadas a muitas esposas de pescadores. Durante todo o tempo fomos muito bem recepcionadas.

Figura 4 - Cestas básicas e material de pesca disponíveis para distribuição. Associação Mista de Pescadores de Macaé, RJ.



Fonte: Autoria própria.

A última viagem ocorreu no final do novembro de 2012 e durou sete dias. Durante esse período realizamos todas as entrevistas com os pescadores e planejamos uma oficina de nosso projeto sobre Memórias e Cultura da Pesca. No dia agendado para a oficina, também estava marcada uma reunião entre os pescadores e uma empresa de consultoria ambiental, responsável por auxiliar os pescadores a estabelecerem o destino do recurso financeiro que receberiam como compensação pelos danos ambientais causados por uma empresa de pesquisa sísmica. Devido à coincidência de datas, nossa oficina foi adiada, porém, participamos da reunião que ocorreu na Associação de Moradores da Barra de Macaé. Após a reunião, o presidente da Colônia nos ofereceu oportunidade para explicarmos a nossa presença e falarmos sobre a ideia da oficina. O trabalho de campo foi realizado em cinco viagens, totalizando dezessete dias de atividades intensas.

2.1 Técnicas de coleta e registro de informações

Como técnicas para coligir as informações em campo utilizamos entrevistas estruturadas, a observação direta e o diário de campo. As entrevistas foram realizadas na Colônia de Pescadores e na pracinha da Barra de Macaé, conhecida como Praça dos Pescadores, onde geralmente eles ficam conversando após o retorno da pescaria.

Elaboramos um roteiro de entrevistas (Apêndice A) de forma a propiciar a compreensão das questões relacionadas a SAN em uma abordagem multidimensional e dos componentes da vulnerabilidade alimentar existentes na comunidade de pescadores. Por meio da entrevista, buscamos questões para além da observação, ajudar a compor o cenário da pesquisa e compreender como os diversos aspectos poderiam contribuir para uma situação de vulnerabilidade alimentar na comunidade. A presença ou não de políticas públicas focalizadas, acesso à educação, saúde e infraestrutura e de que forma atingem a vida dos pescadores, de sua família e comunidade foram alguns dos aspectos identificados.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com o auxílio de um transcritor. O processo foi trabalhoso e longo devido à baixa qualidade do áudio de algumas gravações. Utilizamos também as anotações realizadas no diário de campo para recompor as entrevistas.

A observação direta foi utilizada como uma técnica complementar à entrevista. Essa técnica nos permitiu identificar fenômenos e situações que não puderam ser obtidos por meio das respostas dos pescadores, e possibilitou maior compreensão do cenário de pesquisa, do ambiente, auxiliando a compreensão do universo da pesquisa. Durante as visitas realizadas no Bairro da Barra de Macaé; na Associação de Moradores e na Colônia de Pescadores pudemos observar a rotina da comunidade. Pela manhã a movimentação pelas ruas era, predominantemente, de crianças, mulheres com sacolas de compras e alguns homens mais velhos. À tarde o movimento ficava mais intenso, homens de todas as idades começavam a se juntar na praça. Com o cair da noite algumas vezes, principalmente na última viagem, observamos carros de polícia rondando a região. Não presenciamos e nem foi relatado nenhum motivo especial para a presença policial, mas alguns pescadores demonstravam apreensão sobre o policiamento rotineiro no bairro, por ser algo relativamente recente e sugerir uma situação de violência iminente. Assim como o realizado para as entrevistas, elaboramos um roteiro específico para a observação na comunidade (Apêndice B), onde buscamos contemplar as

diversas dimensões de SAN e os componentes envolvidos na vulnerabilidade alimentar. Este roteiro foi utilizado para guiar as observações, que foram registradas em um diário de campo.

Para permitir melhor compreensão das ideias e conceitos analisados, no corpo do texto fizemos alusões às falas através de citações diretas que foram sinalizadas pelo uso da fonte em itálico e entre aspas e por textos recuados à direita com espaçamento e tamanho de fonte diferenciados do restante da dissertação.

2.2 Seleção dos entrevistados e entrevistas

O contato inicial para identificar possíveis informantes foi realizado por meio do presidente da Colônia de Pescadores. Nessa conversa, explicamos os objetivos do trabalho que seria realizado e como seria desenvolvido, além de expor as características necessárias do entrevistado. A partir dessas informações, o presidente da associação indicou alguns pescadores que estavam na Colônia para efetuarem o recadastramento para recebimento do benefício do defeso. Em um segundo momento, no bairro da Barra procuramos um pescador em particular (sr. Z – nome fictício), que já era nosso conhecido de outras idas ao campo. Nosso interesse em entrevistá-lo foi por sua larga experiência na pesca, pelo fato de não pescar mais, mas ainda ser dono de barco e de um comércio local. Embora o sr. Z tenha demonstrado interesse em ser entrevistado, seus afazeres na loja não permitiram a continuidade da conversa de forma adequada. Contudo, ele indicou outros pescadores em potencial. Essas entrevistas ocorreram na Praça dos Pescadores, que é um ambiente muito barulhento, o que provoca alguma dispersão motivada por crianças brincando, carros e grupos de moradores conversando proximamente. Em alguns momentos, enquanto buscávamos um local mais reservado para a entrevista, um pescador desconhecido perguntou do que se tratava, interessado em falar ao gravador também. Tal fato foi surpreendente, pois, em nossa viagem anterior a Macaé, os pescadores se mostraram muito tímidos e reservados.

Acreditamos que a presença de alguém estranho à comunidade representou para eles uma oportunidade de falar sobre angústias e problemas da pesca com alguém que poderia lhes dar voz.

As entrevistas realizadas na Colônia de Pescadores foram mais proveitosas por alguns motivos: em primeiro lugar, ao utilizar um local mais reservado foi possível abordar os pescadores de forma mais tranquila e propiciar uma melhor qualidade da gravação. Em segundo lugar, porque facilitou a indicação de pescadores pelo presidente da Colônia. Isso colaborou

para que mesmo aqueles que demonstraram uma resistência inicial, ao menos se sentassem para ouvir a proposta da entrevista. Alguns estavam ali obviamente pelo pedido do presidente e não demonstraram em momento alguma vontade de falar. Porém, com o avançar das perguntas da entrevista, quando mencionávamos questões relacionadas à pesca, a postura retraída e muitas vezes sisuda se alterava um pouco, com a redução das reticências dos pescadores.

Como entrevistados elegemos os seguintes atores: representantes de entidades da pesca no município; pescadores donos de barcos ou não; donos de barco que não exerciam o ofício da pesca, pescadores mais jovens e mais idosos e que exercem a pesca há mais ou menos tempo. Essa escolha foi baseada nas visitas prévias ao campo e buscamos contemplar a diversidade dos pescadores que fazem parte dessa comunidade.

2.3 Análise dos dados

Para análise das entrevistas, construímos uma matriz de articulação entre os conceitos de vulnerabilidade e de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa articulação buscou facilitar a visualização dos aspectos teóricos considerados para a conceituação da vulnerabilidade alimentar entre os pescadores. A matriz possibilitou identificar nas entrevistas a forma como ocorre a vulnerabilidade alimentar, a partir da análise dos componentes da vulnerabilidade, os fatores de vulneração e as dimensões da SAN.

Quadro 1 - Matriz de articulação entre os conceitos de vulnerabilidade e de Segurança Alimentar e Nutricional.

Componentes da vulnerabilidade ¹	Vulnerabilidade social ²	Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional ³	Vulnerabilidade Alimentar entre pescadores
<p>Individual</p> <p>Ocupa-se, basicamente, dos comportamentos, relaciona-se ao grau de consciência que os indivíduos têm dos possíveis danos decorrentes de comportamentos e, especialmente, ao poder de transformação efetiva de comportamentos a partir dessa consciência.</p>	Ativos físicos, pessoais	<ul style="list-style-type: none"> - Adequada quantidade e qualidade de alimentos - Consumo de alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade e quantidade de alimentos disponíveis e consumidos; - Informações veiculadas pelos setores da saúde, educação etc. sobre práticas alimentares promotoras de saúde, assim como sua utilização cotidiana; - Propriedades (barco, casa); - Nível educacional.
<p>Social</p> <p>Aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Acesso à informação; b) Quantidade de recursos destinados à saúde por parte das autoridades e legislação locais; c) Acesso e qualidade dos serviços de saúde; d) Nível geral de saúde da população, mediante comportamento de indicadores de saúde; e) Aspectos sociopolíticos e culturais de segmentos populacionais específicos, como a situação da mulher (menores salários, ausência de legislações de proteção específica, exposição à violência, restrições de exercício de cidadania, etc.); f) Grau de liberdade de pensamento e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor e possibilidade desses sujeitos fazerem ouvir suas necessidades nas diversas esferas decisórias; g) Grau de prioridade política (e econômica) dada à saúde; h) Condições de bem-estar social, como moradia, escolarização, acesso a bens de consumo, entre outros. 	Ativos sociais.	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da saúde; - Respeito à cultura e à tradição alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informações veiculadas sobre SAN e sua utilização cotidiana; - Preservação de tradições e cultura alimentar; - Acesso a serviços de saúde e educação; - Qualificação profissional; - Participação associação / colônia; - Religião; - Rede de reciprocidade.

<p>Institucional/Programático</p> <p>Ações institucionais especificamente voltadas para o problema de saúde. A vulnerabilidade é aprendida aqui por aspectos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Grau e tipo de compromisso das autoridades locais com o enfrentamento do problema; b) Ações efetivamente propostas por estas autoridades; c) Coalizão interinstitucional e intersetorial (saúde, educação, bem-estar social, trabalho etc.) para atuação específica; d) Planejamento e gerenciamento de ações; e) Capacidade de resposta das instituições envolvidas; f) Financiamento adequado e estável dos programas propostos; g) Sustentabilidade das ações; h) Avaliação e retroalimentação dos programas, entre outras possibilidades. 	Direitos	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos econômicos, social e ambiental relacionados à produção e comercialização e consumo de alimentos; - Direito humano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos econômicos, social e ambiental relacionados à produção e comercialização de pescados; - Políticas de SAN ou ações / programas que possam contribuir para SAN; - Acesso a crédito, seguro defeso; - Acesso a informação sobre alimentação como direito humano.
---	----------	--	---

Fonte: ¹ AYRES, J.R.C.M et al., 2003, p. 117 – 139; ² Dieese, 2007; ³ CONSEA, 2006.

3 MACAÉ E O BAIRRO BARRA DE MACAÉ

3.1 O município de Macaé

A cidade de Macaé se localiza no Estado do Rio de Janeiro a 182 km da capital Rio de Janeiro, na Bacia de Campos e faz divisa com as cidades de Carapebus, Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste. O município tem uma área total de 1.216 quilômetros quadrados (MARQUES, 2008).

Figura 5 - Mapa da localização do município de Macaé, RJ.



Fonte: IBGE, 2013.

O povoamento da região data do século XIX, com indícios da extração do Pau Brasil. Mais tarde, a região passou à condição de vila com o cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, com o cultivo do café, que passou a ser o principal produto exportado pela cidade. Porém a cidade sempre representou um importante local de pesca na região, voltada mais para subsistência. Com o passar dos anos a pesca foi se expandindo, e tornou-se uma importante atividade econômica da cidade (MARQUES, 2008; MACAÉ, 2012).

Na década de 1970 houve a descoberta dos primeiros poços de petróleo na região. A exploração petrolífera era exclusivamente estatal. Essa situação duraria até meados dos anos 1990, quando houve a quebra do monopólio estatal e consequente entrada de diversas petrolíferas internacionais, que passaram a extrair óleo e gás no litoral de Macaé (IBGE, 2011). Nas últimas duas décadas a cidade vem passando por um grande crescimento populacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em vinte anos, enquanto a capital do Estado, Rio de Janeiro, cresceu 13,3%, o crescimento de Macaé foi de 51,2%, resultando atualmente em uma população com cerca de 210 mil habitantes e em uma ocupação desordenada do território. A economia da cidade cresceu em torno de 600% nos últimos dez anos, devido principalmente ao desenvolvimento da indústria do petróleo e gás. (MACAÉ, 2011; IBGE, 2011).

O município também é um importante ponto de preservação da Mata Atlântica no Estado. Possui oito Áreas de Proteção Ambiental, sendo quatro municipais, duas federais e duas particulares. Existe, ainda, uma extensa área de restinga com 14.860 hectares, com algumas espécies de vegetais que são encontradas somente nessa região devido ao seu clima quente, úmido e altitude (ICMBIO, 2011).

Com a rápida expansão da indústria do petróleo alguns problemas surgiram como a favelização, decorrente da migração de trabalhadores sem qualificação e da crescente elevação dos valores dos aluguéis, e, principalmente, pela carência de infraestrutura do município para atender a demanda de trabalhadores que buscam oportunidade de emprego nas empresas petrolíferas que se instalaram na região (MARQUES, 2008).

Mesmo com todo o crescimento, o município possui infraestrutura de uma cidade típica do interior norte-fluminense. Em relação ao setor saúde, existem 58 unidades públicas de saúde, contando com 445 leitos hospitalares. A Estratégia Saúde da Família (ESF) é formada por 29 equipes abrangendo 52% da população. Vale ressaltar que 100% da população rural está coberta pela ESF. Estima-se que o Programa Bolsa Família atinja 82% da população, com aproximadamente 8.808 famílias beneficiadas. Na cidade existem quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um restaurante popular localizado no centro da cidade (IBGE, 2011). No que diz respeito à educação existem 113 escolas municipais. O município atende uma média de 3,5 mil novas matrículas por ano na rede de ensino e possui uma taxa de analfabetismo de 7,3% (IBGE, 2012; MACAÉ, 2012).

O crescente processo de industrialização da cidade e a degradação ambiental, como a poluição das praias, mangues e rios, afetaram e ainda afetam a vida de toda população

macaense, mas ameaçam, em especial, o modo de vida da comunidade pesqueira. Existe uma interferência deletéria direta na produção de pescado e na renda das famílias, pois a pesca depende da integridade ambiental dos ecossistemas onde é praticada – nas zonas costeira e marinha – competindo com a atividade de exploração e produção de petróleo e gás realizada no mar (IBAMA, 2006).

Um processo de crescimento econômico não pode ser associado automaticamente a um desenvolvimento social do município. Para Sen (2010), desenvolvimento é um processo de ampliação das capacidades dos indivíduos para que tenham opções, façam escolhas de forma que haja uma ampliação em sua vida social e cultural. A base do desenvolvimento é a cooperação e a solidariedade entre os que vivem em uma sociedade, tendo como um dos objetivos transformar o crescimento econômico destruidor das relações sociais em “desenvolvimento como liberdade”, que, para esse autor, é uma abordagem específica do desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades das pessoas. O desenvolvimento não é um fim, mas sim um meio de expandir as liberdades. O processo de crescimento de Macaé retraiu as possibilidades e a liberdade dos pescadores conforme discutiremos adiante.

É interessante notar que a pesca era a principal atividade econômica de Macaé, antes do início da exploração petrolífera (PEGANOTO, 2008), e sendo ainda considerada uma atividade tradicional na região, disputa de modo intenso e complexo com a extração do petróleo, um status de principal atividade econômica nesse território (PAPESCA, 2005).

3.2 A pesca e os pescadores em Macaé

Segundo Diegues (1983), as comunidades de pescadores artesanais estabelecem uma relação com o mundo natural para a produção e reprodução de seu modo de vida. Elas mantêm uma relação contínua com a economia da região uma vez que estão inseridas em um mundo dinâmico.

Os pescadores artesanais se identificam como um grupo possuidor de uma profissão. Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. Esse sentido de pertencer a um determinado grupo se concretiza no possuir a carteira de pescador profissional. ‘Eu vivo da minha profissão de pescador’ não significa somente a dependência exclusiva dos produtos da pesca, mas também participar de um grupo que domina os segredos do mar, como se locomover nele, como identificar as diversas espécies de pescado, seus hábitos migratórios etc. (DIEGUES, 1983, p. 187).

Pescadores artesanais possuem relações simbólicas e econômicas intensas com a terra e com o mar. A pesca artesanal possui um significado social, cultural e econômico. É uma prática exercida pelos pescadores no seu cotidiano entre a terra e o mar onde ele constrói sua vida e sua identidade (DIEGUES, 1983, 2007a, 2007b). Os pescadores artesanais de Macaé possuem essa identidade. Todos se consideram pescadores, mesmo que não pratiquem a pesca no seu cotidiano. É o caso do presidente da colônia de pescadores que possui embarcações, porém não pesca, mas se diz e se apresenta como pescador.

Os pescadores se organizam pelo trabalho, atividade que ocorre com base no uso de tecnologia relativamente simples, o que faz com que o acúmulo de capital seja limitado (DIEGUES, 1994). Porém essa realidade vem se modificando ao longo do tempo. Durante a pesquisa observamos embarcações mais simples como canoas e barcos maiores que possuem alguns equipamentos de localização por satélite (GPS), além de estarem equipados para diversos tipos de pesca, mas é importante ressaltar que mesmo com um maior aparato tecnológico, o saber do pescador ainda é indispensável para a realização dessa atividade, pois o pescador artesanal pesca conforme a sazonalidade, com o que está disponível no mar. DIEGUES (1999) aponta que geralmente os pescadores possuem um fraco poder político e uma forte dependência dos centros urbanos, sendo indispensável desenvolver relações de mercado para o escoamento de sua produção.

Em Macaé observamos que a organização dos pescadores envolve várias instâncias de poder político, que revela uma potencialidade para o seu exercício. Na cidade existe uma Colônia de Pescadores, uma Subsecretaria de Pesca, além de uma Associação Mista de Pescadores. As três entidades realizam papéis diferentes na organização da comunidade, e a existência dessas instâncias demonstra que os pescadores de Macaé não são tão frágeis politicamente, como descritos em estudos com esse tipo de comunidade.

Na pesca artesanal as relações de trabalho ocorrem geralmente entre parentes, ressaltando a importância da pesca para a coesão social das comunidades pesqueiras. A visão de mundo, a linguagem desses pescadores cria uma identidade social e cultural que as distinguem de um mundo urbano-industrial (CARVALHO, 2010). Porém, em Macaé, observamos que a relação de trabalho ocorre entre pessoas conhecidas e não necessariamente parentes. Existe uma rede de apoio entre os pescadores que contribui com a criação de identidade descrita por Carvalho (2010).

O conhecimento tradicional é produzido e acumulado por meio da prática profissional de forma dinâmica e requer um conhecimento ritualizado pela cultura (SILVA, 2010). O saber-

fazer dos pescadores é adquirido pela observação dos fenômenos naturais e das ações desenvolvidas no cotidiano da comunidade e do mar e permite tomar decisões sobre o local da pesca, o uso de técnicas apropriadas e até o momento de ir ou não pescar (DIEGUES, 1983, 2007a, 2007b; CARVALHO, 2010; SILVA, 2010).

Os pescadores que conhecemos se denominam artesanais. Muitos possuem embarcações grandes, equipadas com tecnologias diferentes do relatado em estudos com pescadores artesanais no Brasil (MALDONADO, CARVALHO, LOPES, DIEGUES). Isso não faz que os pescadores de Macaé deixem de ser considerados artesanais. De acordo com Clauzet *et al.* (2005) a pesca artesanal possui um processo de trabalho diferenciado da pesca industrial. Segundo o Código de Pesca - Lei 11959/09 (BRASIL, 2009) a pesca artesanal e industrial são definidas como:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009^a, capítulo IV, seção I, artigo 8º).

As duas modalidades de pesca ainda se diferenciam em relação ao tipo de mão de obra. Como dito anteriormente, na artesanal os tripulantes das embarcações usualmente possuem relação parental, e cabe ao mestre do barco a divisão do trabalho entre os tripulantes; cozinheiro, gelador, maquinista etc. Na pesca artesanal podem ser usados barcos com motores de propulsão e alguns equipamentos auxiliares como GPS, no entanto isso não substitui o saber-fazer do pescador, pois é uma pescaria baseada na sazonalidade. O proprietário da embarcação é geralmente o mestre do barco ou então um ex-pescador. A remuneração da tripulação é realizada através de um sistema de partes onde algumas funções são mais bem remuneradas que outras (DIEGUES, 1983).

Figura 6 - Barcos ancorados no cais em Macaé.



Fonte: Elisa Mendonça, 2011.

Na pesca industrial, uma empresa portadora de CNPJ, é proprietária das embarcações e apetrechos de pesca. Geralmente é organizada de forma a suprir todas as etapas da pescaria: captura, beneficiamento do pescado e comercialização. As embarcações possuem sofisticados equipamentos que necessitam de um treinamento específico para a operação, pois é uma pesca específica como os grandes pesqueiros japoneses de atum. O regime de trabalho é semanal ou mensal e a mão de obra é assalariada, usualmente recrutada entre os pescadores artesanais (DIEGUES, 1983).

Figura 7 - Barcos pesqueiros em Santa Catarina.



Fonte: CARDUME, 2013.

Tanto a pesca industrial e artesanal possuem a produção destinada à comercialização. A pesca industrial, porém, reflete a demanda de mercado. São navios especializados na captura do atum, salmão e da sardinha, por exemplo. Já os pescadores artesanais pescam o que está disponível na região, o que exige um contato direto com o ambiente e um conhecimento sobre a classificação e comportamento dos pescados e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. (CARVALHO, 2010). Assim, mesmo dispondo de mais tecnologia do que o pescador de canoa, em Macaé se realiza a pesca artesanal.

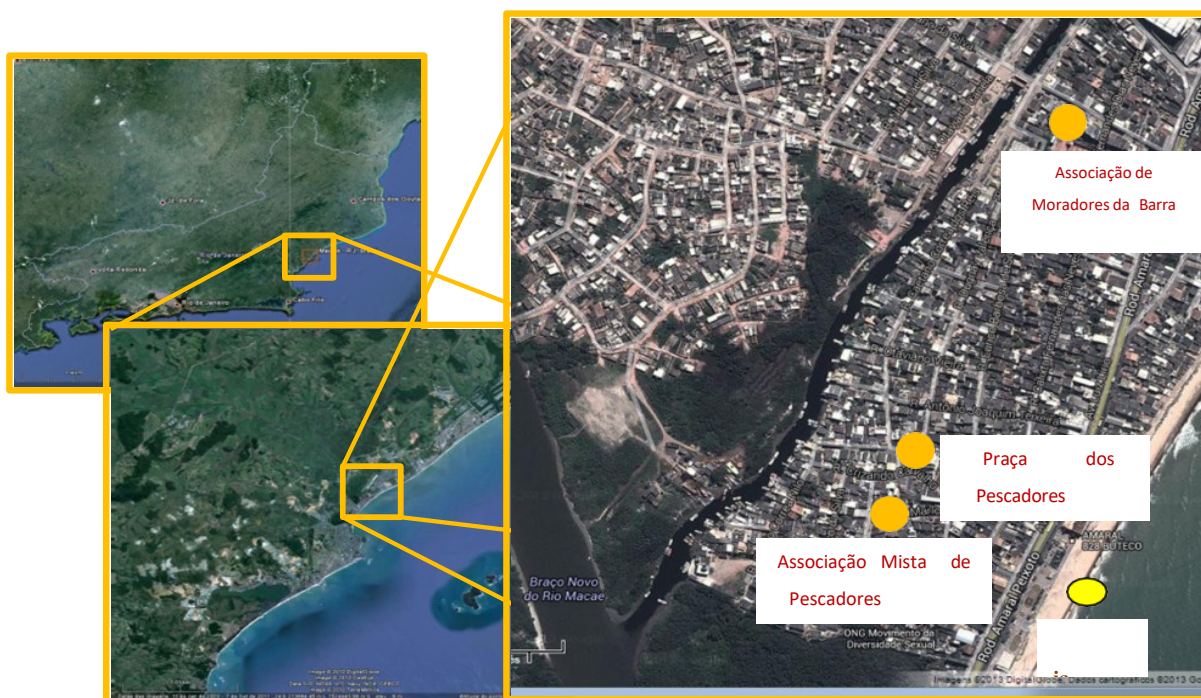
A cidade de Macaé é um dos mais importantes pontos de exploração de petróleo e gás no Brasil. Considerando a importante biodiversidade do município e os conflitos entre as indústrias petrolíferas e a tradicional atividade pesqueira, vários estudos se desenvolveram ao longo dos últimos anos em torno da pesca e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro implementaram a Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA). Este projeto teve início em 2004 e sua primeira fase teve duração de três anos. Seus objetivos eram:

contribuir para a sustentabilidade da pesca visando o desenvolvimento local e solidário (PAPESCA, 2006).

O projeto realizou uma caracterização dos pescadores de Macaé, sendo um dos trabalhos mais abrangentes sobre pesca nesse município publicados até o momento. Iremos revisitar para compreender o grupo de estudo. O relatório da PAPESCA (2006) destacou que a maioria dos pescadores de Macaé vive em situação de pobreza. O crescimento do município provocou um processo de desterritorialização desses pescadores, fazendo-os viver em bairros pobres, em áreas periféricas e com pouca estrutura estatal. Como Maldonado discutiu em seu estudo:

As áreas de praia onde geralmente estão situadas as comunidades de pesca artesanal têm sido ocupadas por empresas imobiliárias, turísticas e hoteleiras, o que afasta o pescador do contato sistemático e frequente com o mar, elemento imprescindível à formação individual e à reprodução do grupo. Esse tipo de intervenção no ambiente também contribui grandemente para a desarticulação dos grupos e marginalização do pescador (MALDONADO, 1986, p. 44).

Figura 8 - Localização dos bairros de moradia dos pescadores de Macaé, RJ.



Fonte: Google Earth, 2012.

Analisando o mapa (Figura 8), é possível observar que os pescadores moram próximo ao mar, porém não habitam a região da praia. Segundo os pesquisadores da PAPESCA (2006),

os pescadores macaenses sofrem com a desvalorização da identidade de pescador, associada à desvalorização da pesca. Tal fato também é apontado, em outros estudos com pescadores, como problemas e entraves à pesca e organização política e social do grupo (DIEGUES, 1986; MALDONADO, 1993; CLAUZET et al., 2005; CALOU, 2010). Muitos não conseguem mais sobreviver somente da pesca e buscam outras fontes de renda, tais como trabalho de pedreiro, auxiliar de serviços gerais, comerciante, entre outros. Sua renda média em 2004 era de R\$ 780,00¹. O relatório também cita outros entraves à pesca como a organização política dos pescadores, o aumento do número de pescadores devido à crescente migração para o município, a falta de incentivos governamentais, como financiamento para compra de embarcações, a falta de subsídios para compra de óleo e gelo, a baixa escolaridade, o individualismo e uma forte divisão sexual do trabalho (PAPESCA, 2006).

Os pescadores de Macaé, assim como os de outras pesquisas já citadas (DIEGUES, 2001; GIANELLA, 2009), realizam a pesca com objetivo comercial e também para a alimentação da família. Existe uma divisão do trabalho muito bem estabelecida onde a remuneração da pesca está dividida de acordo com a função realizada na pescaria e segue uma valorização fazendo-a mais rentável para uns e menos para outros.

Segundo o relatório da PAPESCA (2006), existem em Macaé, pescadores pouco experientes e oriundos de diversas partes do município e do país. Chegaram ao município devido às promessas de emprego na indústria do petróleo (off-shore) e muitos acabaram por encontrar na pesca o trabalho que buscavam, devido ao aprendizado prático que ocorre na maior parte dos empregos de pescador. Os pescadores que entrevistamos não eram nascidos em Macaé, e com exceção de um, todos estão na cidade há pelo menos dez anos.

Onze entrevistados não completaram o ensino fundamental, mas isso não comprometeu a atividade laboral, pois o aprendizado ocorreu com os outros, observando, perguntando, fazendo e errando.

A comunidade de pescadores de Macaé está localizada próximo ao Centro da cidade e vem sofrendo com uma perda de identidade ao longo dos anos, semelhante ao que ocorreu no estudo realizado por Giannella (2009) na comunidade de pescadores do bairro de Copacabana no Rio de Janeiro. A autora percebeu que havia um enfraquecimento da identidade de pescador e da noção comunitária que é indispensável a esse tipo de organização, porém através da colônia de pescadores do local e da atividade laboral, um pequeno número de pescadores de

¹ O equivalente a US\$ 392,37

Copacabana conseguiu manter-se unido mesmo em um cenário adverso a esse tipo de organização tradicional. Destacar a importância da manutenção do modo de vida artesanal dos pescadores é uma das questões caras a esse estudo. Assim como Giannella (2009) e Maldonado (1986; 1993), percebemos que o pescador artesanal que habita as cidades em crescimento sofre com mudanças em seu modo de trabalhar e viver que nem sempre o fragilizam. As peculiaridades devem ser analisadas com um olhar atento, principalmente no que diz respeito às políticas públicas envolvendo seu território.

Segundo Buruqui (2004), o bairro da Barra de Macaé, originou-se de uma vila de pescadores e seu crescimento ocorreu a partir de invasões e loteamentos clandestinos que hoje estão urbanizados. É um bairro residencial de baixa renda, com um comércio local ao longo da Rodovia Amaral Peixoto, que atravessa o bairro. A ligação da Barra ao centro da cidade é feita através de uma ponte que liga as margens do Rio Macaé e é um local de passagem obrigatória para os demais bairros, o que ocasiona grandes congestionamentos na via principal.

O bairro da Barra de Macaé fica próximo ao centro comercial da cidade onde se concentram bancos, casas lotéricas e o comércio em geral. O centro é a região mais antiga da cidade, onde se encontram áreas comerciais restritas aos pedestres, os chamados “calçadões”, que agrupam o comércio popular. Ao caminhar a pé do centro para o bairro da Barra o comércio vai gradualmente mudando, de lojas e lanchonetes com melhor estrutura, para algumas “vendinhas de lanches” e de utilidades gerais, até barracas de comércio informal. Dentro deste bairro muitas residências foram transformadas em comércio incluindo restaurantes que oferecem comida caseira. Ainda é possível observar outros tipos de comércio de roupas, presentes em geral, bares, padarias, mercadinhos, farmácia, salão de beleza, *lan-house* e sacolão. Apesar de residencial, o bairro conta com alguma infraestrutura interessante, onde o morador não precisa se deslocar muito para acessar comércio e serviços, o que poderia ser um elemento favorável a sua SAN.

Em relação ao ambiente geográfico, observamos que o acesso ao bairro pode ser realizado a pé, de veículo próprio ou de bicicleta, meio de transporte bastante utilizado na região. Existe apenas uma linha de ônibus que circula próximo ao bairro que sai do terminal Central, passando pelos bairros Malvinas e Nova Holanda. Os veículos são normalmente micro ônibus. Parte do bairro é banhada pelo Rio Macaé, muito utilizado pelos pescadores para ancorar os barcos.

Marques (2008) realizou um estudo sobre a qualidade de vida em Macaé, utilizando o geoprocessamento como método. Em seus achados encontrou um cenário semelhante ao que

observamos. Segundo o autor, a Barra de Macaé é o bairro de maior densidade demográfica na cidade e, segundo o seu método de análise da qualidade de vida, está em último lugar entre os bairros da zona urbana de Macaé. Os índices avaliados por Marques incluíram a renda, que teve média de até um salário mínimo e a escolaridade do responsável pela família, que, em média, tem o ensino fundamental; um alto número de famílias reuniam ambas as características de renda e escolaridade (71%). Segundo a autora, apesar do bairro possuir os melhores índices estruturais como esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, os indicadores sociais fizeram com que a Barra de Macaé se destacasse negativamente em relação à qualidade de vida no município.

O bairro conta com energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento. Segundo Marques (2008) é o bairro com a maior cobertura de esgoto sanitário (80% da região), porém em nossas observações pelo local era comum ver pontos de esgoto a céu aberto, o que sugere que o sistema não é eficiente. A coleta de lixo não é regular, sendo comum ver pontos do bairro com acúmulo de lixo, como caçambas, principalmente próximo à entrada do Bairro Nova Holanda. Somente as ruas principais são pavimentadas com paralelepípedos, ao contrário das ruelas e becos que não possuem calçamento e ficam enlameados em dia de chuva e empoeirados em dias de sol, tornando o caminhar pelo bairro uma experiência nada agradável. Existem muitos cães abandonados ou maltratados circulando pelo bairro.

A Praça dos Pescadores é um local de grande movimentação, existe uma pequena quadra de futebol onde as crianças brincam, há mesas de cimento onde homens, principalmente pescadores, jogam carteados e conversam. A praça fica em frente ao mercadinho do bairro, cercada por outros pontos comerciais e uma igreja evangélica.

Durante nossa permanência observamos três igrejas neopentecostais, seis escolas municipais, a Associação de Moradores da Barra (AMB) e a Associação Mista de Pescadores de Macaé. O bairro conta com uma fábrica de gelo, um estaleiro onde os pescadores fazem reparos e constroem embarcações e o porto do João Barbudo, um ponto alternativo ao mercado de peixes para a descarga de pescado. Ao longo do dia é comum a circulação de carros de som anunciando festas, motoqueiros das empresas distribuidoras de gás vendendo botijões e caminhões de entrega de móveis/eletrodomésticos de uma grande rede varejista.

A Barra de Macaé é um bairro prioritariamente residencial, que possui uma dinâmica própria, apesar da proximidade do centro da cidade. É possível acessar serviços e comércio no próprio bairro. Conversando com os comerciantes percebemos que muitos moravam por perto e nos bairros adjacentes, e formam uma comunidade onde todos se conhecem.

4 A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SOB UM OLHAR EXPLORATÓRIO: CONTEXTO E VULNERABILIDADE ENTRE OS PESCADORES

A definição de SAN, conforme descrito na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) apresenta dimensões vinculadas às questões alimentar, nutricional, econômica e cultural. A dimensão alimentar se refere à quantidade de alimentos suficiente e estável para atender a demanda, de forma permanente e equitativa, no sentido de garantir o acesso às necessidades nutricionais de modo sustentável. Já a dimensão nutricional inclui a escolha de alimentos saudáveis, técnicas de preparo e consumo adequadas, qualidade higiênico-sanitária dos alimentos consumidos, acesso aos serviços de saúde e a atenção a fatores ambientais que possam ter influência nas condições de saúde e nutrição das populações, aqui incluindo fatores culturais, ambientais e psicossociais (ABRANDH, 2005).

A análise da SAN demanda a construção de diversos indicadores sociais, ambientais, econômicos e de saúde a fim de garantir a abrangência de sua definição. Nem sempre estes indicadores respondem ao contexto local e à experiência individual. Diante disso, utilizamos as dimensões da Segurança Alimentar para nos aproximarmos do cotidiano dos pescadores e discutirmos a segurança alimentar do grupo.

Nesta perspectiva resolvemos analisar primeiramente as dimensões da SAN e sua relação com a vulnerabilidade alimentar no contexto dos pescadores, para depois, no segundo tópico desta seção, realizar uma reflexão sobre as interfaces existentes entre SAN, vulnerabilidade alimentar e desenvolvimento. Assim, mesmo que em alguns momentos tenha se tornado repetitivo, tentamos fazer as relações necessárias para cada item discutido, mencionando seu aprofundamento em outras partes da dissertação.

4.1 As Dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional

Conforme expusemos na matriz de articulação entre a definição de Vulnerabilidade e de SAN (seção Percurso Metodológico) discutiremos as dimensões da SAN dos pescadores sob cinco perspectivas, a saber: Direito humano à alimentação; Aspectos sociais e ambientais da pesca; Quantidade e qualidade dos alimentos; Promoção a Saúde; Cultura e Tradição Alimentar.

4.1.1 Direito à alimentação

O percurso de construção do conceito de SAN, atualmente reconhecido no Brasil, partiu da dimensão da disponibilidade e acesso a alimentos para grupos em situação de fome, incorporando posteriormente a dimensão da alimentação como direito, de forma a atender as demandas individuais e coletivas.

Desde 2003 até meados de 2010, o Governo Lula colocou a superação da fome e a promoção da SAN em posição central na agenda governamental. Essa escolha trouxe avanço na construção do marco legal do direito humano à alimentação adequada e saudável e no fortalecimento de políticas para a erradicação da fome no país (CONSEA, 2010). A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi então instituída em 2006, consolidando o direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente aos alimentos.

A fim de monitorar a realização progressiva do direito humano à alimentação o CONSEA elaborou uma matriz de indicadores, conforme os determinantes descritos nos estudos de modelos teóricos da Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2010). Com base na análise da evolução destes indicadores de 1988 até o momento, observamos a incorporação e execução do direito humano à alimentação nas políticas públicas relacionadas a SAN, no que se refere ao respeito, provisão e promoção do direito.

Quando foi solicitada a opinião dos pescadores sobre a alimentação ser um direito garantido em lei, notamos certa dificuldade de compreensão. Esse tema parece não fazer parte dos diálogos e debates dentro das entidades representativas e muito menos entre eles. Não associam o seguro-defeso como um direito adquirido no momento em que uma ação pública instituiu uma proibição de executar sua atividade laboral por um período. Enquanto cinco pescadores simplesmente responderam que era “bom” a alimentação ser um direito, um pescador explicitou claramente que a entrevista foi o primeiro contato dele com o tema.

Pescador: Disso aí, eu fiquei sabendo agora.

Entrevistadora: O quê? Que a alimentação é direito garantido na lei?

Pescador: É! (Pescador Sr. J).

O tema alimentação como direito humano e direito garantido em lei precisa ser amplamente divulgado e debatido com a sociedade civil, devendo ser incorporado nas escolas, serviços de saúde, associações de moradores, uma vez que muitas pessoas não têm conseguido

acessar as políticas públicas das quais são titulares de direito, seja por desconhecimento ou por dificuldades de acesso, como explicitado pelo pescador Sr. V.

Alimentação é um direito, só que, eu não sei porque Macaé... de Rio das Ostras até Barra de Araruama, o pescador é muito pouco lembrado. (...) Você vai procurar seus direitos, no INSS, e não consegue nada (Pescador Sr. V).

Este tem sido um tema debatido pelo CONSEA Nacional que, como estratégia de superação, propôs avaliação periódica e realinhamento das políticas públicas para que seus objetivos sejam realmente alcançados (CONSEA, 2010). Muitas políticas têm permanecido apenas no papel ou sua atuação tem sido ínfima frente às precárias condições de vida de uma parcela da população, geralmente aqueles que mais precisam. Durante as entrevistas percebemos um descrédito em relação à alimentação como um direito e, nas políticas públicas governamentais.

Nem tudo que está assim..., que é dever né, se cumpre direito. Mas é bom, pelo menos tem uma lei para isso. Mas ter uma lei que diz que não pode passar fome, e não ter mesmo [fome], é que muda. (Pescador Sr. A).

Tem que ter né. Se com lei tem gente passando fome aí nesse país, imagina se não tiver? (Pescador Sr. C).

Temos que analisar as ações públicas pela sua contribuição em gerar autonomia, equidade e participação das pessoas beneficiadas por ela e não apenas pela quantidade de pessoas atendidas.

4.1.2 Aspectos Sociais e Ambientais relacionados a SAN

Desde o início da atividade da indústria petrolífera na cidade de Macaé a relação com os pescadores é marcada por conflito de interesses. Entre as dificuldades enfrentadas pelos pescadores está a disputa por espaço no mar, pois as embarcações que atuam a serviço das empresas de exploração de petróleo (rebocadores e barcos de pesquisa sísmica), são bem maiores que os barcos de pescadores, não respeitam a área de pesca e circulam no mar de tal forma que afugentam os cardumes e causam perigo de colisão com os barcos menores. Segundo os pescadores, a perda de apetrechos de pesca também é comum, devido às embarcações maiores passarem sobre as redes de pescados, ocasionando grande prejuízo financeiro ao pescador. Conflitos ocorrem, especialmente, com embarcações estrangeiras nas quais

trabalham tripulações que não falam ou compreendem o português, o que dificulta a comunicação via rádio, que poderia evitar uma série de acidentes. Apesar dos conflitos existentes, também há relatos de colaboração e generosidade entre os pescadores e os trabalhadores das plataformas. Os pescadores oferecem pescado e suprimentos aos trabalhadores e estes oferecem ajuda médica ou mesmo transporte para os pescadores enfermos e com urgência para retorno ao continente.

Farias (2012) aponta que a Petrobrás disponibiliza mensalmente à Colônia Z3 a rota dos barcos rebocadores, que, por sua vez, tem a responsabilidade de disponibilizar as informações aos pescadores. Parece, porém, que a circulação de informações não é eficiente. É comum os pescadores relatarem que pescam na área de exclusão marítima, ou seja, área próxima às plataformas de petróleo, aproveitando o efeito concentrador que as estruturas da plataforma exercem sobre os cardumes. Apesar de haver uma legislação (Portaria 002/1980) que proíbe a pesca, sob qualquer modalidade, nesse espaço, a capitania dos portos não tem utilizado tal portaria para fiscalização, uma vez que em maio de 2008 foi instituída nova medida criando a “área a ser evitada”, que não faz menção direta à atividade pesqueira e somente restringe a navegação de barcos não envolvidos em atividades de apoio à extração de petróleo e gás (JABLONSKI, 2009).

A competição entre a atividade petrolífera e a pesqueira no mar fez com que os pescadores se afastassem da costa, em direção ao mar aberto. Tal prática tornou a pesca mais perigosa e onerosa, pois exige maior tempo no mar, assim como maior gasto com óleo diesel, gelo e suprimentos para a viagem. Os pescadores aludiram que precisam de subsídios governamentais para a aquisição do material de pesca pois o retorno econômico da pescaria em alto mar é pequeno. Um pescador que agora está afastado desenvolvendo atividades administrativas exemplificou como é feito o rateio dos recursos obtidos em uma pescaria: se uma embarcação com três pescadores e o dono do barco obtiver R\$ 2.000,00, desconta-se o montante das despesas da viagem (R\$ 400,00) e do remanescente; 50% são destinados ao dono do barco (R\$ 800,00) e o valor restante é dividido entre os pescadores (R\$ 266,67 para cada um). O subsídio para a aquisição dos apetrechos de pesca, gelo e combustível, resultaria em maior custo-benefício para o pescador, aumentando sua renda.

A Colônia de Pescadores Z3 e a Associação dos Pescadores desenvolvem ações sociais para garantir a sobrevivência de pescadores em condições adversas. Segundo o presidente da Associação, esta recebe “verbas da prefeitura para ajudar os pescadores em situações de vulnerabilidade” (Pescador Sr. W.), distribuindo cestas básicas, tarrafas, panos de rede. O

mesmo é realizado pela Colônia, que também atua cadastrando os pescadores para o recebimento do seguro-defeso e oferece atendimento à saúde aos pescadores e familiares, em parceria com a Prefeitura que cede os profissionais (médicos, dentistas, etc.). Para os pescadores isso é pouco frente às suas demandas. Segundo os entrevistados a gestão do Marcelo Crivella, no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), tem investido mais recursos para o setor pesqueiro.

Em 2013 o governo federal lançou um novo programa intitulado Plano Safra da Pesca e Aquicultura com financiamentos e juros abaixo da inflação e dez anos para pagar. Este plano desonerou o pescado, fato que os pescadores vinham solicitando há tempo. Outros programas na mesma linha são o Programa Revitaliza, que por meio de crédito na linha PRONAF Mais Alimentos promove a construção ou modernização de barcos de pequeno porte e o apoio a projetos de assistência técnica; e o Plano Mais Pesca e Aquicultura, direcionado para geração e aumento de renda dos pescadores e aquicultores por meio da produção de um alimento saudável para a população. Todos têm como objetivo final a inclusão social dos pescadores.

Muitos pescadores desconhecem tais programas e quando sabem de sua existência demonstram dificuldades na obtenção dos créditos devido à exigência de documentos nem sempre disponíveis. Essas ações governamentais são paliativas e não atuam diretamente no problema, ou seja, não alteram as relações sociais e econômicas construídas historicamente de forma desigual. A mobilização política dos pescadores para reivindicar seus direitos parece ser insuficiente, tendo em vista as dificuldades relatadas.

As dificuldades na apropriação dos investimentos e recursos governamentais disponíveis, como algo que possa transformar a realidade social, não são específicas dos pescadores de Macaé. Apesar do reconhecimento de que o PRONAF “correspondeu a uma virada significativa nas políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil” tem se constituído apenas como um programa de acesso ao crédito e não um programa de desenvolvimento (ABROMOVAY, 2001) e, sendo assim, apresenta limitações quanto ao seu impacto na reformulação das relações sociais existentes.

Para o MPA, os maiores desafios da pesca artesanal estão relacionados à participação dos pescadores nas organizações sociais, ao alto grau de analfabetismo e baixa escolaridade, ao desconhecimento da legislação e dos mecanismos de gestão compartilhada e participativa da pesca (MPA, 2013).

A pesca artesanal é tida como uma forma sustentável de pescaria uma vez que em sua essência é praticada de forma reduzida o que impede a captura de grandes quantidades de

pescado de uma só vez (DIEGUES, 1991). m Macaé a situação é um pouco diferente. Como dito anteriormente, o veloz desenvolvimento econômico da cidade atraiu a vinda de imigrantes e, por consequência, um aumento do número de pescadores na região. Todos os pescadores entrevistados nasceram em outras cidades e migraram para Macaé em diferentes momentos, a maioria há mais de dez anos. Segundo seus relatos, foram para Macaé em busca de melhores condições de vida. Alguns já eram pescadores, outros passaram a trabalhar na pesca por não terem conseguido trabalho em outras atividades.

Para os entrevistados o maior número de pescadores e de embarcações pesqueiras na baía de Campos produziu uma sobrepesca, sendo um dos fatores responsáveis pela diminuição dos estoques pesqueiros da região. Farias (2002) aponta que o próprio pescador de Macaé se considera o “predador do mar” devido a práticas pouco sustentáveis de pesca, como aumento do tamanho e número de embarcações, maior número de redes em cada barco e a pesca durante o período do defeso.

O defeso é uma medida ambiental do governo federal que garante ao pescador artesanal um seguro-desemprego no valor de um salário mínimo durante o período (definido pelo IBAMA) em que a pesca de determinada espécie é proibida (BRASIL, 2003). Em 2012, foi implantado em Macaé um defeso municipal que garante a esses pescadores um salário mínimo, além de uma cesta básica durante o período de proibição da pesca (MACAENEWS, 2011). Ambos os benefícios, federal e municipal, estão em fase de implementação no município, e serão aprofundados no próximo item dessa dissertação, ao abordarmos os aspectos econômicos relacionados à qualidade e quantidade de alimentos.

Em nosso estudo nove pescadores relataram respeitar o período de defeso e apontaram a Colônia e a televisão como importantes fontes de informação sobre as questões relacionadas à pesca sustentável e a preservação ambiental. O defeso foi um assunto polêmico e gerou muita tensão em algumas entrevistas, pois a pesca é o meio de subsistência desses homens e assumir que praticam a pesca o ano todo, independente da proibição estipulada por lei federal, implica em uma transgressão. Para três entrevistados não há respeito pelo período de defeso porque o benefício demora muito a sair e é um valor irrisório para sua sobrevivência.

... se a pesca fechasse hoje, por exemplo, e a gente recebesse o defeso logo no segundo dia, (...) ficava mais fácil, mas não! Se a pesca fecha hoje, daqui a quinze, vinte dias você vai receber e quando recebe é uma mixaria... se for esperar sair o defeso, não consegue viver não. (Pescador Sr. J.)

Pescador: Mas eu jogo rede o ano todo. Se parar de pescar, vou viver do quê?
Entrevistadora: Ah, sim. E tem muita gente que pesca no defeso?
Pescador: Muita gente? Todo mundo! Um monte que falou contigo deve ter dito que não pesca né?

Pescador: Lorota, isso aí. Fechou a pesca num dia, o dia seguinte tá todo mundo no mar como se não soubesse de nada! (Pescador Sr. JL)

A necessidade de subsistência contribui para o desrespeito ao período de defeso associada à sobrepesca . .ao excesso de embarcações, entre outras condições, desfavorecem a sustentabilidade ambiental da atividade pesqueira em Macaé.

Considerando os aspectos socioambientais envolvidos na SAN dos pescadores identificamos situações que apontam para a dimensão social da vulnerabilidade alimentar que, segundo o conceito de vulnerabilidade apresentado por Ayres (2003), se caracteriza, entre outros aspectos, pelo grau de liberdade de pensamento e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade dos sujeitos fazerem ouvir suas necessidades nas diversas esferas decisórias e pelo o grau de prioridade política e econômica.

Observamos ainda que os pescadores apresentam insuficiência de ativos sociais, que lhes permitam superar essa situação, tendo em vista a fragilidade da participação nas entidades de classe, nas políticas de crédito e a precariedade do fluxo e acesso às informações sobre crédito e auxílios. Associada a isso, a presença de conflitos com a indústria petrolífera, a insuficiência de subsídios para atender a demanda da atividade pesqueira e a postura assistencialista das entidades relacionadas à pesca, são aspetos que contribuem para a vulnerabilidade alimentar dos pescadores de Macaé.

A partir dessa reflexão, mais adiante discutiremos a relação da vulnerabilidade alimentar com o desenvolvimento social.

4.1.3 Aspectos relacionados à quantidade e qualidade dos alimentos

O direito ao “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente” (BRASIL, 2006) é um dos requisitos para garantir a SAN de uma população e sua ausência está diretamente relacionada à insegurança alimentar, uma vez que esse acesso depende de aspectos econômicos e políticos da produção e distribuição dos alimentos na comunidade e da disponibilidade de recursos materiais que possibilitam o enfrentamento de determinada situação de risco. Mesmo não tendo trabalhado com as esferas da produção,

comercialização e disponibilidade dos alimentos em Barra de Macaé, identificamos o acesso a diferentes pontos de venda, como o mercado da praça, o sacolão e a chamada “venda” do bairro, que são utilizados pelas famílias dos pescadores. Somente três entrevistados relataram que fazem compras em mercados ou atacadista fora do bairro. De modo geral, no cotidiano dessas famílias a aquisição dos alimentos é feita no bairro e, para as compras do mês, buscam os supermercados maiores. Para os entrevistados o mercado localizado na Praça dos Pescadores é tido como um comércio de confiança, de simples acesso e com facilidade de pagamento, mas apresenta pouca variedade e nem sempre tem os melhores preços. O mercado de maior porte, no bairro vizinho, é o que possui melhores preços e mais variedade, porém por ser é distante, necessitando carro ou moto. O mesmo ocorre com a rede atacadista, que possui variedade de produtos e preços acessíveis, mas está em local mais afastado da Barra de Macaé e não aceita cartões de crédito como forma de pagamento. Nota-se que a facilidade de acesso aos estabelecimentos que comercializam alimentos e ao crédito é um aspecto valorizado pelos entrevistados, apesar de considerarem como desvantagem a pouca variedade de produtos encontrados nesses equipamentos, assim como preços menos vantajosos.

O acesso físico a alimentos não significa capacidade de adquiri-los, tampouco, a observação dos pescadores sobre a pouca “variedade” de produtos disponíveis nos pontos de comercialização local, retrata que estes valorizam uma alimentação saudável, como apresentado pelos guias alimentares (BRASIL, 2005). A valorização da variedade pode decorrer da influencia de propaganda publicitária de alimentos, que apresentam aos consumidores uma ampla possibilidade de produtos, criando a necessidade de consumo, ou pelo menos, a necessidade de tê-los como opção de escolha. Não podemos deixar de mencionar que a opção pela compra de um produto é influenciada pelo preço e, portanto, a maior variedade de produtos possibilita a escolha por alimentos com qualidade² e preço acessível, conforme relato dos entrevistados.

A decisão sobre as compras de alimentos para o consumo familiar e a execução desta tarefa é de responsabilidade das mulheres (esposas, mãe, filhas, irmãs), pois segundo os entrevistados, elas “(...) têm mais aptidão para escolher os alimentos (...)”, “tem instinto”, características pouco exploradas entre os homens. Segundo o pescador Sr. A “a gente tem que ter um olho clínico” para comprar frutas e verduras e ele considera não ter essa habilidade, pois “não tem estudo”. Nesse ponto cabe refletir sobre aspectos que afloraram nas falas e estão

² A discussão sobre “qualidade dos alimentos” será realizada mais adiante, neste item.

vinculados ao possível envolvimento com situações de Segurança Alimentar das famílias, quais sejam as relações de gênero no ambiente familiar e a experiência de vida na construção do conhecimento do pescador.

Na perspectiva das relações de gênero identificamos separação entre os papéis feminino e masculino nas atividades relacionadas à alimentação domiciliar, como tem sido relatado na literatura (WOORTMANN, 1992; CAVALCANTI, 2008; FARIAS, 2012). Encontramos, no entanto, homens que realizam atividades muitas vezes do gênero feminino, como por exemplo, compras de alimentos. Nesse caso, quem determina o tipo de alimento a ser comprado ainda é a mulher, que apresenta um saber-fazer específico para esta atividade. A valorização do saber-fazer relacionado à alimentação foi observada como atributo masculino por um dos entrevistados que referiu ser ele o responsável pelas compras, especialmente de frutas e verduras, porque sempre teve “roça” e sabe identificar os alimentos bons para o consumo. Neste sentido, a experiência prévia na lida diária da roça trouxe um conhecimento que possibilitou uma divisão de tarefas diferenciada das frequentemente encontradas em estudos de gênero (WOORTMANN, 1992; MACIEL, 2008).

O conhecimento sobre alimentos e a experiência acumulada ao longo da vida seja na sua produção, ou em sua aquisição, pode contribuir para que alimentos de melhor qualidade sejam adquiridos e também para reduzir a vulnerabilidade alimentar dos indivíduos e da família, tendo em vista que comportamentos individuais podem minimizar situações de maior suscetibilidade a riscos (AYRES, 2003). Cabe destacar que nas sociedades modernas, em que se observa o aumento da oferta de alimentos processados e ultraprocessados, cujo consumo vem sendo associado ao aumento das doenças crônicas, é cada vez mais necessário o domínio de conhecimentos especializados sobre a alimentação e nutrição, com o intuito de ampliar a compreensão sobre as consequências do consumo excessivo desses alimentos, assim como sobre estratégias de identificação e escolhas mais adequadas (TEO e MONTEIRO 2012).

Segundo os homens entrevistados, a mulher do pescador desempenha diferentes papéis. Em sua maioria, o homem é o que contribui com a maior renda da família e algumas mulheres podem ajudar no sustento da casa, trabalhando como revendedora de cosméticos ou como auxiliar de escritório. Ainda que responsável por parte da renda familiar cabe à mulher a responsabilidade pelos trabalhos domésticos, cuidado dos filhos, preparo dos alimentos, sendo essas atribuições consideradas femininas, como referidas por Siliprandi (2004). Tais fatos ocorrem devido aos papéis socialmente e historicamente construídos, que são desempenhados por mulheres e homens nos núcleos familiares e na sociedade. Ao associar alimentação ao

cuidado e à construção histórica do papel da mulher em nossa sociedade, não é difícil observar uma relação entre SAN, gênero e vulnerabilidade.

Para Siliprandi (2004; 2005) a mulher é responsável pela preparação dos alimentos e possui papel de cuidadora da família. O que é reforçado na formulação das políticas de SAN e enfrentamento a pobreza, nas quais as mulheres costumam ser vistas como elementos estratégicos para que a política atinja as famílias. Na formulação de políticas ainda é predominante a visão da mulher como sinônimo de família e não necessariamente uma cidadã portadora de direitos. Existem ainda reflexos das concepções de mulheres e homens pela falta de um recorte de gênero na formulação dessas políticas, reforçando os papéis que tradicionalmente subordinam as mulheres (FARAH, 2004).

Uma vez que cabe à mulher a garantia da qualidade da alimentação da família, seja em decorrência de habilidades socialmente construídas, seja por conhecimentos específicos no trato com os alimentos, parece-nos que este é um aspecto que pode comprometer a SAN das famílias de pescadores, na medida em que as mulheres passam a se ausentar do espaço familiar para atuarem no mercado de trabalhos e outras pessoas não assumem seu lugar nas atividades domésticas relacionadas à alimentação.

Na comunidade de pescadores Z3 de Macaé, observamos que a renda feminina, ainda que complementar, é uma forma estratégica por meio da qual as famílias conseguem manter certa estabilidade econômica. A atividade da pesca não oferece condição para manter uma renda estável ou mesmo pré-definida, tendo em vista que os recursos financeiros advindos dessa atividade são determinados pelo volume de pescado capturado, assim como das condições meteorológicas, que podem ou não permitir uma boa pescaria. Dentre os pescadores entrevistados, seis fazem algum tipo de trabalho extra para garantir a renda durante o ano inteiro. A instabilidade financeira é uma condição inerente à atividade da pesca artesanal e, sendo assim, a contribuição da mulher para o sustento da família é importante e contribui para a SAN.

Assim como a renda, a escolaridade do chefe de família foi associada à Insegurança Alimentar em estudo que investigou sua prevalência em um município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (SALLES-COSTA et al., 2008). Os pescadores que conhecemos valorizam o seu saber-fazer aprendido oralmente. Segundo eles atualmente não há cursos em Macaé para o ensino da arte de pesca. Iniciativas anteriores, como a Escola de Pescadores, que tinha o objetivo de qualificar os filhos de pescadores para a pesca, não foi bem sucedida e hoje funciona como uma escola municipal de ensino fundamental. Consideram que não necessitam

desse tipo de formação, pois o conhecimento sobre a pesca é fruto das experiências do cotidiano. Para Lopes (2013), o conhecimento é transmitido oralmente. Essa é a forma como as comunidades tradicionais de pescadores fundamentam suas atividades: baseadas no conhecimento empírico e acumulado através das gerações. Como Costa-Neto e Marques (2000, p.554) afirmam “os pescadores acumulam, ao longo de gerações, um sofisticado conhecimento sobre os peixes, que inclui desde aspectos de ecologia e taxonomia até aspectos etológicos e utilitários diversos”. Para esses homens o seu saber-fazer é capaz de sustentá-los e lhes prover renda, evitando situação de insuficiência alimentar.

Para os entrevistados, geralmente, os homens que tem maior escolaridade não ficam na pesca, buscam trabalho nas plataformas de petróleo que valorizam o saber do pescador aliado ao conhecimento técnico adquirido para a realização de atividades em mar. Algo semelhante foi relatado por Diegues (1999) em relação ao trabalho de pescadores artesanais na pesca industrial. Segundo esse autor é recorrente a contratação de pescadores artesanais na pesca industrial em países como Inglaterra e Japão. Devido ao conhecimento dos pescadores e sua desenvoltura nas tarefas relacionadas ao mar eles são contratados para trabalharem nos grandes navios pesqueiros.

A educação formal medida pelo grau de escolaridade das pessoas está, em geral, relacionada à ocorrência de vários agravos de saúde e de nutrição, inclusive à insegurança alimentar. O saber-fazer e a arte de pesca, parecem ser determinantes para o sucesso desta atividade e este conhecimento não é obtido nos moldes da educação formal. Analisando sob este prisma, o conhecimento tradicional da pesca e sua perpetuação ao longo das gerações, contribui para a manutenção da atividade e sustento das famílias das regiões costeiras.

Iniciativas que fomentem a cultura pesqueira e a transmissão de conhecimentos entre gerações, são necessárias, principalmente, diante das transformações que a atividade pesqueira vem sofrendo frente às mudanças climáticas; a redução dos estoques pesqueiros; o desenvolvimento urbano das áreas costeiras. Esses fatores influenciam o resultado da atividade e o saber-fazer na pesca.

No caso dos pescadores entrevistados observamos que mesmo na ausência de situação de privação alimentar, pois todos mencionam que “pescador não passa fome, só aqueles que querem”, as condições socioeconômicas e ambientais trazem suscetibilidades que podem afetar seu bem-estar, sua autonomia e, por conseguinte, gerar situações de vulnerabilidade alimentar.

O trabalho na pesca é sazonal e vem sofrendo com diminuição da quantidade de pescados ao longo dos anos, gerando vulnerabilidade. Diversos motivos são apontados para

essa redução, tais como: a sobrepesca, a agitação do mar causada pelos navios petroleiros, que afasta cardumes, a qualidade da água dos rios e mares devido a poluição, entre outros (PAGANOTO, 2008). A sazonalidade intrínseca a esse trabalho exige que os pescadores tenham uma organização para que consigam manter sua vida durante a época de menor pesca. O papel da mulher é valorizado, pois ter uma esposa que o apoie e não gaste muito é considerado algo importante para a manutenção da estabilidade econômica da família, assim como outros aspectos relacionados ao próprio homem, que deve ter uma conduta livre de vícios e ter habilidade para a organização financeira.

Nos momentos em que a atividade pesqueira se retrai principalmente devido às questões meteorológicas o pescador “precisa ter cabeça, não gastar, guardar o dinheiro” (sr. JL). Ou ainda “(...) tem que ter sempre algum guardado. Não ter dívida alta, tem que ter cabeça no lugar para não faltar” (sr. M). Para o pescador sr. J “Tendo a mente no lugar, uma boa esposa. Dá para viver sim”. É um momento que compromete a estabilidade alimentar, exigindo das famílias organização e até mesmo a busca por outro tipo de renda, como citado por alguns entrevistados que relataram fazer “bicos” como pintores e pedreiros. A busca por outras opções de trabalho durante os períodos de sazonalidade da pesca também foi referido por GARCEZ e SÁNCHEZ-BOTERO (2005) ao realizarem um estudo para caracterizar a situação das comunidades de pescadores artesanais em diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto relacionado à sazonalidade diz respeito ao período do defeso, momento em que os pescadores estão proibidos de pescar algumas espécies de pescados a fim de possibilitar a procriação e crescimento dessas espécies, como descrito no item anterior, quando abordamos os aspectos ambientais da SAN. Durante este período os pescadores podem receber do governo federal ³o benefício social de um salário-mínimo, mas para isso precisam cumprir certos requisitos, como:

I - registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso; II - comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária; III - comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e IV - atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove: a) o exercício da profissão,

³ A lei do defeso foi homologada em 1991 através do decreto – Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Foi revogada em 2003 pelo decreto Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que é citada no texto e que utilizo para a análise.

na forma do art. 1º desta Lei; b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira (BRASIL, 2003, LEI No 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003, Art. 3º).

O seguro defeso não foi apontado pelos entrevistados como uma forma efetiva de garantir recurso financeiro na época em que a pesca de determinadas espécies está proibida. Para alguns entrevistados o defeso é uma promessa ainda não cumprida, outros ainda buscam informações sobre como o benefício pode ser obtido e, para outros, a descrença pelo recebimento do auxílio é grande. Segundo o pescador Sr.V. o “pescador não acredita muito, sabe? É muita promessa. (...) eu fiquei meio desconfiado, mas achei que dava pra arriscar e limpar a lagoa. Fui e até agora nada!”.

Os pescadores entrevistados, de uma maneira geral, não possuíam acesso às informações e a documentação exigida para ter acesso ao benefício. Em trabalho realizado nessa mesma comunidade Farias (2012) relatou, a dificuldade de organização formal desses pescadores, inclusive a própria pesquisadora em alguns momentos os auxiliou na busca de informações sobre as questões documentais. Durante o estudo observamos o esforço por parte da Colônia de Pescadores e da Subsecretaria de Pesca do município para que o benefício fosse ampliado a um maior número de pescadores, porém reunir a documentação necessária é uma dificuldade para grande parte deles, principalmente a documentação que comprove o tempo de trabalho.

Alguns pescadores relataram passar por dificuldades financeiras no fim do mês, sugerindo que o benefício do defeso poderia ser uma importante estratégia para o enfrentamento das dificuldades econômicas e alimentares como observado na fala do pescador Sr. F: “Olha, tem vez, que fica ruim no fim do mês, gente fica mais no macarrão, acaba arroz e não dá para comprar. Tem que se virar, mas não falta nada não (Pescador Sr. F).” Independente da situação, o defeso é uma forma de minimizar os entraves financeiros relacionados à sazonalidade da pesca.

A estabilidade da renda, com consequente superação da instabilidade alimentar, que colocaria o pescador em situação de vulnerabilidade, se relaciona com o fortalecimento do conhecimento não formal sobre a arte de pesca e a capacidade do pescador buscar outros recursos financeiros em momentos em que as condições meteorológicas reduzem a atividade da pesca e nos períodos de defeso, tendo em vista que este é insuficiente para a subsistência e não está acessível a todos.

A ausência de informação sobre direitos sociais relacionados à pesca e a dificuldade de organização frente às exigências institucionais para obtê-los, colocam os pescadores em situação de vulnerabilidade alimentar.

A ampliação da educação formal, quando alcançada por alguns pescadores, que poderia ser um elemento facilitador de conquistas sociais, funcionando como um ativo pessoal para a redução da vulnerabilidade acaba não sendo revertida para a comunidade de pescadores, que perdem os indivíduos com maior instrução para outras atividades profissionais. Sendo assim, observa-se que a vulnerabilidade alimentar dos pescadores apresenta componentes sociais e institucionais da vulnerabilidade, segundo Ayres (2003).

Retomando a definição de SAN, observamos que para assegurar o direito humano à alimentação é preciso também garantir o acesso a alimentos de qualidade, em quantidade adequada. Na literatura sobre a SAN, a qualidade é utilizada em diversos âmbitos; desde higiênico-sanitária até a qualidade nutricional dos alimentos, é uma dimensão que diz respeito à alimentação adequada conforme a descrição do CONSEA, (2007):

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação, prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos, biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007, p 20).

A qualidade dos alimentos é um eixo transversal a todas as dimensões da SAN, porém nas falas dos entrevistados esteve relacionada ao preço e a marca dos alimentos; aos alimentos frescos, sem contaminação e com integridade física; a promoção da saúde de maneira geral; e a atividade laboral. Esses aspectos estão contemplados, de certa forma, na Política de SAN, publicada em 2010 (BRASIL, 2010), e na conceituação acima do CONSEA, que propõem a qualidade como uma categoria transversal às dimensões da SAN. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2011) também assumiu o propósito de garantir a qualidade dos alimentos consumidos no país, promover práticas alimentares saudáveis, e prevenir e/ou controlar distúrbios nutricionais, por meio de ações intersetoriais. No entanto, as normas legais, ao elencarem a qualidade dos alimentos como um aspecto da SAN referem-se às características

organolépticas, físicas e bioquímicas do alimento, não mencionando questões culturais concernentes à qualidade.

Para os pescadores alimento de qualidade é o “melhor”, no sentido de marca e preço, sendo de melhor qualidade o alimento com preço maior. Os pescadores relatam sempre buscar um equilíbrio no orçamento familiar e, por isso, nem sempre conseguem comprar o alimento mais caro. Porém, também relatam que nem sempre o alimento com o menor preço, será o mais adequado ou o que ele gostaria de comprar. Para os pescadores, a decisão do que comprar depende da marca e do custo benefício. Alguns consideram necessário optar por marcas de menor preço para não deixar de consumir alimentos ou para fazer adaptações aos recursos econômicos disponíveis. Assim, o alimento de qualidade passa a ser aquele possível de ser comprado, com custo acessível.

Um aspecto que se destacou nas entrevistas foi o fato desses homens valorizarem os alimentos que estão disponíveis para compra, pois consideram que se o alimento está sendo comercializado já possui qualidade intrínseca. Para eles, o que vem da CEASA (Central de Abastecimento) localizada no município do Rio de Janeiro, em especial frutas, verduras e legumes, são alimentos de qualidade, pois não possuem agrotóxicos e nem poluição. Interessante observar que a ausência de contaminação química é considerada um atributo de qualidade pelos pescadores. Esse fato pode estar relacionado com a própria atividade pesqueira, pois é comum observarmos ênfase na qualidade de pescados pelos mesmos atributos: valorização da qualidade dos alimentos sob o ponto de vista da ausência de contaminação química se aproxima da concepção de qualidade presente no conceito de SAN.

Cabe destacar que os alimentos comercializados na CEASA não oferecem, a rigor, garantia da ausência de contaminação química. Essa percepção sobre a qualidade dos alimentos oriundos da CEASA pode revelar o desconhecimento dos pescadores sobre o processo de produção agrícola e sobre os tipos de alimentos comercializados nos estabelecimentos a que têm acesso. Ao serem questionados sobre a produção de alimentos no município de Macaé os pescadores demonstraram desconhecimento sobre o assunto, revelando que, apesar de fazerem parte do sistema alimentar como produtores e consumidores, desconhecem o circuito de alimentos locais.

Outro atributo de qualidade apresentado pelos pescadores foi a integridade física dos alimentos, incluindo a ausência de “bichos e amassados”, especialmente para as frutas, verduras e legumes.

Os entrevistados selecionam seus alimentos principalmente pela relação com o trabalho e a saúde e consideram sua alimentação como forte e boa. Aqui também é importante destacar que, assim como Freitas (2003) em um estudo etnográfico realizado em uma comunidade de baixa renda na Bahia, os pescadores se identificavam com o consumo de “comida” e não necessariamente com “alimentos”. A comida é o alimento adequado para o consumo.

O CONSEA (2007) aponta que uma alimentação adequada e saudável deve incluir práticas alimentares adequadas e coerentes em relação ao ciclo de vida e as necessidades alimentares. Os pescadores buscam alimentos adequados e que permitam desenvolver suas atividades laborais, mantendo sua identidade de pescador. Comida de qualidade é aquela que os deixam fortes e aptos para o trabalho. Para Diegues (1983), o pescador tem em sua identidade a atividade laboral. Esses pescadores apresentam relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, com o mar e a pesca possui um significado social, cultural e econômico. O trabalho é uma prática exercida pelos pescadores no seu cotidiano, por meio do qual o pescador constrói sua vida e sua identidade. A alimentação passa transversalmente pela construção dessa identidade, por meio da qual o alimento deve deixá-lo apto ao trabalho. A alimentação deve ser “boa”, “forte”, “comida de verdade” e que os deixa bem para trabalhar. Nas palavras dos entrevistados:

Qualidade pro pescador quer dizer saúde, porque [é aquela] que mantém o corpo, né? (...) Por que a gente às vezes faz um lanche, mas um lanche nunca deixa a gente forte. (Pescador sr. A).

Aquela que é boa, forte! (Pescador sr. J)

Portanto, a noção de qualidade dos alimentos informada pelos pescadores não se afasta das categorias da dietética popular - forte e fraca -, descritas em diversos estudos etnográficos. A ideia de força como atributo de qualidade dos alimentos está nas representações sociais das camadas populares brasileiras, sendo definidas conforme seus efeitos sobre o corpo (CANESQUI, 2007). Segundo a autora, a “comida forte” garante resistência e aptidão para o trabalho, protegendo as pessoas da fome. A presença de carré, feijão e arroz nas refeições foi considerada fundamental pelos pescadores para manter a força durante o dia, principalmente quando estão no mar. Desta forma, a qualidade da alimentação está relacionada à garantia da SAN.

Os pescadores apresentam concepções sobre atributos de qualidade que podem contribuir para a SAN e, portanto, reduzindo a vulnerabilidade alimentar, como a valorização

de aspectos relacionados à ausência de contaminantes químicos, às características físicas dos alimentos e à adequação da alimentação às necessidades laborais e de saúde, assim como a identidade cultural do pescador. Apresentam, porém, uma visão ingênua sobre qualidade dos alimentos disponíveis para o consumo nos mercados locais, colocando-os em situação de vulnerabilidade alimentar, que poderia ser modificada se houvesse maior ênfase na divulgação de informações sobre SAN na comunidade, favorecendo a redução da vulnerabilidade por contribuir para o fortalecimento do componente individual.

4.1.4 Aspectos relacionados à Promoção da saúde

Os trabalhadores da pesca estão sujeitos a situações que podem comprometer seu estado de saúde, tais como exposição à radiação solar, frio, calor intenso, excesso de umidade dentre outras. Os pescadores em Macaé costumam permanecer cerca de 10 a 15 dias no mar em condições de vida e climáticas muitas vezes adversas. O trabalho é intenso e o período para descanso e alimentação depende da rotina de trabalho adotada na pescaria.

Um estudo de revisão bibliográfica acerca dos fatores de risco para doenças ocupacionais e agravos à saúde dos trabalhadores da pesca, excetuando-se os relativos a acidentes de trabalho, identificou que os principais fatores de risco para doenças ocupacionais relativas ao setor da pesca podem ser divididos em: relativos ao ambiente físico do local de trabalho, como o frio, o calor, a umidade, os ventos, a radiação solar, as vibrações e os ruídos; relativos ao comportamento, como o fumo, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o uso de drogas e medicamentos; relativos a aspectos sociais, como a prolongada jornada de trabalho, as condições socioeconômicas desfavoráveis, o baixo nível de instrução e a classe social (RIOS et al, 2011).

Rios et al. (2011) apontam que os fatores de riscos ambientais estão ligados basicamente ao ambiente externo de trabalho, sujeitando os trabalhadores a condições insalubres. Os autores citam que a adequada relação de trabalho e uso de equipamentos de proteção individual, a exemplo do uso de filtros solares, agasalhos e abafadores de ruído podem minorar estas condições. Já os fatores de risco comportamentais foram citados como os de mais difícil prevenção, pois dependem, em parte, de mudanças de hábitos e de uma postura individual mais proativa do próprio trabalhador. O hábito de fumar pode ser decorrente do intenso período de trabalho e como forma de promover relaxamento e a ingestão em excesso de álcool pode aumentar o risco de acidentes. Os fatores sociais estão em parte relacionados ao nível de

desenvolvimentos socioeconômico da população estudada e às melhores relações de trabalho. A precariedade da legislação trabalhista e a realização de pesca ainda de modo artesanal são citadas como alguns dos problemas que podem interferir na condição de vida e de saúde dos trabalhadores.

Os pescadores entrevistados também falaram do desgaste do trabalho da pesca, exemplificada na seguinte frase:

E o trabalho com a pesca é muito sacrificado, assim pro corpo da gente. Dá dor nas costas, nos ombros, até câncer pode dar(...) Câncer de pele, de próstata, pulmão...pega tudo esse câncer e aí já viu quando começa não tem jeito. Fica entrevado na cama, fica careca. Uma desgraça só! (Pescador Sr. R.)

E o trabalho com a pesca é muito sacrificado, assim pro corpo da gente. Dá dor nas costas, nos ombros, até câncer pode dar (...) Câncer de pele, de próstata, pulmão...pega tudo esse câncer e aí já viu quando começa não tem jeito. Fica entrevado na cama, fica careca. Uma desgraça só! (Pescador Sr. R.)

Demonstraram preocupações com câncer de pele, de próstata, com o infarto e as frequentes dores musculares e de coluna devido ao esforço ao longo dos anos de trabalho. Apesar da preocupação com a saúde, outro estudo na mesma comunidade de pescadores revelou que mesmo com acesso à unidade de saúde na comunidade e na Colônia de Pescadores, os pescadores não têm por hábito realizar consultas preventivas. As dificuldades relatadas foram: horários do funcionamento das unidades de saúde, as longas esperas por atendimento, dificuldade de agenda dos profissionais de saúde e na marcação de consulta para especialidades como urologia, ortopedia e dermatologia são fatores que dificultam a procura por atendimento médico (FARIAS, 2012).

Mesmo com a dificuldade e a pouca procura pelo atendimento de saúde formal, os pescadores buscam estratégias para minimizar as situações que possam vir a comprometer seu estado de saúde. Buscam a saúde de uma forma holística, que compreende a valorização do bem-estar, *“eu não me estresso! Toco minha vida, não tô nem aí, não é assim que se diz?”* (Pescador sr. R). A experiência da saúde é, portanto, construída com base nas ideias de bem viver e do cuidado de si, distanciando-se da noção de doença. Eles citaram diferentes tipos de práticas promotoras de saúde como: tirar dias de folga, conversar com amigos, alimentar-se de forma saudável, não fumar nem usar álcool, ir sempre ao médico, tomar sucos, consumir frutas,

trabalhar honestamente. Cuidados que exigem atitude, maneiras de se comportar construídas socialmente sobre o corpo, regulando-o como força produtiva. Lembremo-nos da alusão à qualidade do alimento, descrita na seção anterior, que precisa ser forte para possibilitar a execução das tarefas diárias do pescador. Os pescadores relataram ainda que tratam os ferimentos decorrentes da atividade da pesca por conta própria. Para esses homens a saúde é uma questão prioritária quando afeta seu trabalho “(...) *quando a gente tem acidente, com peixe mesmo, é... ferrão de peixe, a gente mesmo trata lá no mar faz a cirurgia, a gente mesmo corta* (Pescador sr A.).

Farias (2012) explica que mesmo doenças como câncer são motivo de preocupação desses homens, mas não faz com que busquem cuidados preventivos, como uso de boné ou de protetor solar. A falta dessas práticas preventivas os coloca em situação de risco. O contexto de vida e a pouca procura por serviços de saúde, observada com a população masculina de maneira geral, são apontadas como resultado da influencia de questões socioculturais e de barreiras institucionais (BRASIL, 2008).

Esses pescadores e seus familiares têm disponível na sede da Colônia de Pescadores, acesso a atendimento médico (clínica geral, odontologia e ortopedia), por meio de convênio com a prefeitura de Macaé. Este serviço não atende integralmente as necessidades dos pescadores, pois apesar de ficar perto do Cais, onde muitos comercializam os pescados, fica distante do bairro da Barra onde a maioria mora, fato que dificulta o acesso ao atendimento médico e odontológico quando não estão trabalhando. A Associação Mista de Pescadores, na época do trabalho de campo, estava terminando as obras dos consultórios e aguardando o acordo com a prefeitura para a cessão dos profissionais para iniciar atendimento médico no local.

Apesar das iniciativas das entidades de classe, que têm por objetivo ampliar o acesso ao atendimento de saúde, muitos entrevistados referiram que utilizam o “posto de saúde” e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) quando necessitam de atendimento de saúde. O bairro da Barra é servido por uma Unidade Saúde da Família, assim como outros bairros do seu entorno, que são equipamentos com melhor capacidade de oferecer uma assistência à saúde integral e humanizada. O atendimento médico e odontológico oferecido nas entidades parece ter um caráter assistencialista, dessa forma têm pouca capacidade resolutiva para os problemas de saúde dos pescadores e seus familiares, ou mesmo não possibilita uma atenção integral à saúde como é o esperado para todo o cidadão.

Como mencionado, o principal sentido dado à saúde é a possibilidade de manutenção da capacidade laboral a partir da valorização da alimentação para sua manutenção. Percebemos

que eles não modificam suas escolhas de acordo com o que é biologicamente considerado saudável. Têm incorporado ao seu discurso os aspectos biológicos dos alimentos, em relação aos nutrientes, como, também, os aspectos simbólicos e construídos culturalmente. O foco da alimentação desses homens é uma comida forte.

Comida de qualidade é aquela que é boa, forte. Comida mesmo! Comigo não tem esse negócio de ‘não vai engordar’, ‘não pode’. Tem que ter feijão, carré...comida forte(...). Não tem frescura, deixa a gente bem para trabalhar. Não tem nada dessas coisas de dieta. (Pescador sr. J.)

Para esses homens além de uma alimentação adequada é importante manter-se saudável para trabalhar, não consumir bebidas alcoólicas, não usar drogas, nem fumar “Não fico de farra, não tomo cerveja, estou sempre de bom humor! (...) passei por muita coisa e aprendi que é melhor não levar aborrecimento pra casa” (Pescador sr. M.). No entanto, algumas práticas mencionadas como promotoras de saúde são contraditórias no que se refere às atitudes descritas pelos pescadores durante as entrevistas. Em diversos momentos disseram que pescador não procura médico e que o problema com drogas e álcool era comum na comunidade. Essas contradições podem traduzir, de forma invisível, conflitos pessoais dos entrevistados, que falam do outro o que não podem falar sobre si. Para alguns, essas práticas eram realizadas no passado e agora, com a conversão, não desejam retornar aos antigos hábitos.

A principal fonte de informação sobre saúde relatada pelos entrevistados foi o profissional de saúde, mas também foram citados os meios de comunicação, como televisão e revistas, e a igreja. A religião parece ter um local de destaque na vida desses homens. Ela aparece como fonte de orientação moral, que oferece como recompensa ao trabalho honesto, uma vida boa e saudável.

A promoção da saúde aparece no conceito de SAN como resultado das práticas alimentares. Esta mesma relação apareceu nas falas dos pescadores de Macaé ao considerarem a alimentação ‘forte’ aquela que lhes dará condições de trabalhar, fato que para eles significa ter saúde. Esse entendimento coloca os pescadores em uma situação favorável a SAN. No entanto, a falta de acesso regular a assistência de saúde e a temas mais diretamente relacionados à alimentação e SAN os coloca em situação de vulnerabilidade alimentar, pois outras características das práticas alimentares devem ser observadas para que a saúde possa ser promovida de forma integral.

4.1.5 Tradição e cultura alimentar

Os pescadores de Macaé constituem-se como uma comunidade na qual uma das suas principais características é sua peculiar forma de vida e, principalmente, sua atividade laboral. Quando as questões relacionadas à tradição alimentar foram inicialmente investigadas, a um olhar mais desatento, poderia se pensar que os pescadores de Macaé se alimentam com alimentos típicos do Brasil, sem nenhuma especificidade. Inclusive os entrevistados de uma maneira geral começam as falas dizendo que os pescadores “comem de tudo”, comidas “normais”, como o relato a seguir: “a gente come normal. Assim, arroz, feijão, carne, uma salada. Às vezes tem batata frita, um macarrão, farofinha e até uma farinha para quem gosta, né?” (Pescador sr. C). Ao investigar mais atentamente as práticas alimentares desses homens, a alimentação que aparentemente é igual à de muitos brasileiros, está relacionada aos alimentos considerados “fortes”, que garantem “sustância” como: feijão, carne, arroz e macarrão. Esses alimentos estão mais uma vez relacionados ao esforço físico que a pesca demanda em longas horas de trabalho extenuantes.

Outro relato constante entre os pescadores entrevistados foi referente ao churrasco. Ao serem inquiridos sobre alguma comida típica de pescador, pelo menos três falaram que o churrasco era um prato que todos os pescadores gostavam e sempre que voltavam de uma boa pescaria era realizado. Parece que o churrasco assume um significado distinto entre os pescadores, como um símbolo de fartura na pesca e de capacidade viril. Também observamos que é comum a presença do peixe na alimentação do pescador, seja aquele obtido pelo próprio ou através da troca entre os colegas. O pescado é salgado para conservá-lo ou é consumido frito “(...) mas gente tá sempre comendo um peixinho. É com o que nós trabalha” (Pescador sr. M.).

Maciel (2005) aponta que um dos marcadores da identidade de um grupo pode ser percebido pelas as escolhas e a relação e forma de se alimentar dos sujeitos. Para os pescadores de Barra de Macaé o pescado, além de ser fonte de renda, também é parte da alimentação cotidiana da família. Além de ser uma moeda de troca importante, por muitas vezes ser o pagamento recebido pelo trabalho no barco, exerce também um importante papel social pois os pescadores entrevistados relatam existir uma rede de trocas de pescado entre eles. Esse tipo de rede é relatado por Diegues (1983), como uma forma de manutenção da coesão social nas comunidades tradicionais. De uma forma menos essencial que nas comunidades pesquisadas por esse autor, entre os pescadores da Barra de Macaé foi possível perceber que a noção comunitária está presente no seu cotidiano sendo um recurso útil por meio do qual eles

enfrentam as situações difíceis, de forma que os ajuda a sustentar as relações sociais na comunidade.

A Vulnerabilidade Alimentar pode ser minimizada pelas relações de reciprocidade que se estabelecem entre os atores sociais em busca de estratégias e alternativas para situações de iniquidades e privações alimentares. Sendo assim, parece que os pescadores em Macaé estabelecem com a sua comunidade uma relação de reciprocidade que contribui para a redução da vulnerabilidade alimentar.

4.2 Segurança Alimentar e Nutricional e sua interface com a vulnerabilidade alimentar e o desenvolvimento

A maior dificuldade de trabalhar com o conceito de vulnerabilidade articulado ao de SAN é que a vulnerabilidade é abordada dentro de um contexto de incertezas, de suscetibilidades e a SAN é baseada no acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Segundo Dilley e Broudeau (2001), é necessário identificar grupos vulneráveis à insegurança alimentar, porém para esses autores a Insegurança Alimentar é uma questão relacionada à fome em diferentes escalas. Para eles todos estão vulneráveis, em alguma medida, à insegurança alimentar e com isso propõe uma forma de identificar quão vulneráveis os sujeitos estão a formas mais graves de insegurança. Em nosso estudo a intenção é se aproximar das características individuais e sociais que afetam a vida dos pescadores e os torna vulneráveis. Para isso é necessário aprofundar o conceito de vulnerabilidade, buscando um caminho mais promissor para a análise das dimensões da SAN.

Para Mandarola Jr. (2010) a vulnerabilidade é uma característica interna e não um dado da realidade. Segundo esse autor a vulnerabilidade é intangível, pois não é um fenômeno isolado ou um dado, faz parte da constituição dos grupos e pessoas e por ter uma noção processual, necessita de outros conceitos para tangenciá-la como risco, perigo, resiliência e capacidade para resistir a situações problemáticas. Ao pensar em uma ampliação do conceito, Almeida (2010) indica que a vulnerabilidade possui dois sentidos: um de adjetivo e, conseqüentemente, limitado, e um de função nominal e mais amplo. A autora aborda que a vulnerabilidade pressupõe um estabelecimento de relações desiguais entre indivíduos ou grupos que podem se estabelecer por razões sociais, culturais, educacionais, econômicas ou sanitárias, entre outras. A autora ainda aponta que o conceito pode se ampliar ao se especificar indivíduos mais vulneráveis por falta de estrutura familiar, educacional, econômica ou social, ou ainda, que

tenham se tornado suscetíveis a diversas influências sobre suas ideias, pensamentos ou capacidade de agir de acordo com a própria escolha e explícita:

A condição humana é assim marcada por extenso grau de fragilidades devido às características temporal e finita da própria vida humana, só se podendo aprender a viver em segurança quando se reconhece a própria vulnerabilidade e a vulnerabilidade do outro, protegendo-as e sabendo conviver com elas. (...)Por isso, respeitar a autonomia de outrem é não apenas reconhecer a sua autodeterminação, mas ajudar a pessoa a ir ao limite de si mesma e a escolher o que está de acordo com o sentido próprio de respeito à dignidade humana. (ALMEIDA, 2010; p. 540)

A articulação entre SAN e vulnerabilidade surge desse ponto, onde de forma mais ou menos direta, ambos os conceitos buscam uma maior autonomia dos sujeitos. Seja diretamente, como no caso da SAN, ou indiretamente ao se compreender suas vulnerabilidades. A SAN com seus aspectos alimentar e nutricional é voltada para que a população em questão possua uma alimentação adequada. As dimensões da SAN buscam compreender os aspectos de equidade nutricional, intersetorialidade e desenvolvimento de circuitos alimentares sustentáveis visando que a SAN seja uma importante ferramenta para que a população brasileira consuma uma alimentação adequada (BURLANDY, 2004). O direito à alimentação possui uma proximidade com a realização de outros direitos como acesso à renda, à terra, educação, atenção à saúde, participação social e trabalho.

A SAN é um conceito promotor de liberdade, pois está incluído entre os direitos humanos fundamentais (BURLANDY; MAGALHÃES 2004), como descrito no conceito de Amartya Sen sobre desenvolvimento como liberdade. Para Sen, o desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O desenvolvimento é compreendido como algo mais complexo do que a mensuração do produto interno bruto, aumento de renda, avanços tecnológicos ou modernização. Tais avanços são meios pelos quais é possível expandir as liberdades das pessoas, porém as liberdades dependem de outros determinantes como disposições sociais e econômicas e direitos civis. Tal autor discute justamente questões que foram observadas em campo, sobre o modelo de desenvolvimento do município estudado e as consequências para a comunidade de pescadores da região.

Considerando que o processo de vulneração decorre de relações sociais construídas ao longo do tempo em um espaço social, cabe refletir sobre a situação dos pescadores da Barra de

Macaé no contexto de transformações socioeconômicas e ambientais ocorridas no município nos últimos anos e da capacidade desses pescadores de controlar as forças que afetam (ou afetaram) seu bem-estar. Para isso, o tema “desenvolvimento” torna-se fundamental na discussão sobre a Vulnerabilidade e Segurança Alimentar. Não nos reportamos somente às questões econômicas, mas ao desenvolvimento como “um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (SEN, 2000, p.29), o que não necessariamente coincide com um desenvolvimento socioeconômico neste território para todos.

Esta perspectiva desenvolvimentista sempre positiva e promotora contrasta com a literatura encontrada sobre Macaé e seu desenvolvimento nos últimos anos. O enfoque permanece em uma concepção restrita, ou seja, vinculado ao crescimento do produto interno bruto, industrialização e inovação tecnológica, pouco articulando à discussão sobre as potencialidades criadas para os cidadãos macaenses e, por conseguinte, aos pescadores. Na seção dois dessa dissertação foram descritos os aspectos sociais, econômicos e ambientais do município, delineado o rápido crescimento demográfico e econômico da cidade e sua relação com a existência de um potencial petrolífero na plataforma continental da Bacia de Campos. Assim, cabe para este item discutir como as transformações locais se inscrevem nas mudanças gerais da macroeconomia e de que forma repercutiram nas dimensões individual, social e institucional dos entrevistados, criando ou não direitos e liberdades reais.

Com a crise internacional do petróleo na década de 1970 e a exígua produção nacional, a Petrobrás buscou novas fontes de energia e iniciou pesquisas exploratórias à procura de petróleo na região Norte Fluminense. Em 1977, após a descoberta de grande reserva petrolífera na Bacia de Campos, começou a exploração de petróleo em Macaé e, com isso, uma nova reestruturação socioespacial se conformou na região (PEGANOTTO 2008).

Esses fatos ocorreram concomitantes à crise do sistema capitalista, ao choque do petróleo e às grandes transformações estruturais da economia mundial ocidental, com a retirada da intervenção estatal na economia, a liberalização do mercado, a transnacionalização de empresas e a globalização, objetivando solucionar a estagnação econômica e a inflação ocorrentes no período (como o aumento do uso da tecnologia informacional e a nova conformação espacial das cidades, com a seletividade de lugares de rentabilidade para os investimentos, também se delineavam nesta ocasião.

A descoberta de campos de petróleo a quilômetros de distância da costa litorânea de Macaé “transformou a região em área estratégica para os interesses do Estado Brasileiro” (DIAS, 2005, p.67). Com a vultosa injeção de recursos financeiros uma grande estrutura de

produção de petróleo offshore foi construída na Bacia de Campos e a produção brasileira de petróleo deu um grande salto. O surgimento dessa nova atividade econômica na região trouxe impactos para diversas áreas na escala local, criou novas perspectivas na população e acarretou uma série de consequências. A primeira delas foi o rápido processo de urbanização e a ampliação da área urbana do referido município devido ao gradativo aumento do número de habitantes, por exemplo, de 94.126 em 1991, passa para 132.461 em 2000 e chega a 206.728 habitantes em 2010 (IBGE, 2010; 2011).

Durante nosso trabalho de campo um dos pescadores mais antigos da região, senhor O., relatou que a imigração de pescadores para Macaé teve início em 1947 e ocorreu porque a área era muito produtiva; foi nessa época que a pesca em mar aberto principiou, pois até então a pesca era realizada no rio Macaé. Na década de 1970 a comunidade de pescadores morava em Pontal, onde hoje é o Iate Clube da cidade, sendo que a maior parte provinha de São João da Barra. Com a instalação das petrolíferas a vida dos pescadores mudou:

(...) a pesca de mar aberto praticamente não existia. Só com a nossa chegada de São João da Barra foi que ajudou a alavancar a pesca de mar em Macaé. Onde até 1978, Macaé teve a pesca como a sua principal fonte de renda. Aí chegou a Petrobrás e as coisas foram mudando (Pescador sr. O).

O mesmo foi observado por Ribeiro (2004) ao analisar a percepção dos moradores de quatrocentos domicílios de Macaé sobre os impactos procedentes da cadeia produtiva do petróleo no município. Entre as vantagens mencionadas pelos moradores destacavam-se o aumento da arrecadação municipal, o aumento do número de empregos, o aumento da renda e os projetos de conservação ambiental; entre as desvantagens estavam o aumento demográfico, o aumento do custo de vida, a violência, os riscos ao meio ambiente e um crescimento desordenado no espaço urbano, denominado de favelização, pela sua aproximação com as comunidades do Rio de Janeiro.

Para os pescadores de Barra de Macaé as mudanças aconteceram em diferentes direções desde o deslocamento da comunidade pesqueira para locais mais distantes da praia, com pouca infraestrutura urbana, até a disputa pelo espaço marítimo e pelo direito de pescar. No entanto, também trouxeram ganhos, não podendo ser classificados como situações opostas ou somente como positivas ou negativas. A contradição faz parte da complexidade das relações sociais.

(...) com o crescimento da população em Macaé, não. Muito pelo contrário, até ajuda a consumir mais o nosso pescado. Eu não coloco isso como um fator negativo para que a pesca esteja passando por certa dificuldade. (Pescador sr.O)

O pescador não podia trabalhar em função das nossas embarcações serem pequenas antigamente e qualquer tempo que dava a gente não podia pescar. É o contrário de hoje. Hoje com as embarcações que temos, o tempo está ruim, mas o pessoal está enfrentando, porque o pessoal tem embarcações boas. Tem rádio, tem comunicação. Enfim, tem todo o tipo de coisas que anteriormente nós não tínhamos (...). Então com esse dinheiro nós podemos comprar uma carne, comprar um frango, comprar qualquer outro tipo de coisa. Então a gente tem condições de se alimentar bem em função da gente ter dinheiro todo dia (Pescador sr. O).

As “facilidades” mencionadas pelos pescadores são um ínfimo diante da riqueza gerada pelos royalties pagos ao Estado. O aumento da produção petrolífera e a instalação de empresas gerou crescimento exponencial do PIB no município (DIAS, 2005). No entanto, isso não se refletiu em melhoria de qualidade de vida de grande parte da população, não trouxe oportunidades e liberdade de opções para os pescadores. Somente contribuiu para aumentar a desigualdade regional e a concentração de renda. Ainda existem pescadores que passam dificuldades financeiras devido à pouca produção de pescado quando o mar está revolto, ao período de defeso (como descrito no subitem 4.1.3 - Quantidade e qualidade), à falta de controle do dinheiro recebido e aos problemas com drogas, prostituição e álcool, evidenciando a vulnerabilidade individual e social em que vivem, o que repercute por fim na Insegurança Alimentar.

Pescador sr. R. (falando do defeso) o homem fica desesperado porque bebeu todo o dinheiro e fica correndo atrás de miséria.

Entrevistadora: Mas o senhor acha que isso acontece com a maioria?

R: Com certeza! Tem uns pobres coitados, mas a maioria já bebia antes de pescar, antes de vir para cá. Isso quando também não usa os tóxicos. (...) São sempre os mesmos, diz que passa cinco dias na pescaria, mas tá há três jogado aí. Mas vamos mudar esse assunto aí, isso não é assunto para tratar com uma moça como você... (Pescador sr. R)

E: Mas vocês chegam assim, por exemplo, a diminuir os gastos nas épocas em que a pescaria está em baixa?

R: De alimento, não! De alimento a gente come a mesma coisa. Agora, se a gente sabe que a pescaria está ruim a gente não vai esbanjar comprando coisas supérfluas, que não é necessário.

Observamos que apesar da disponibilidade de recursos no município, o dito desenvolvimento não foi para todos e nem sempre gerou oportunidades semelhantes aos cidadãos. O presidente da associação e os pescadores mais velhos falam que muitos migraram para Macaé, mas os melhores empregos sempre ficam com os estrangeiros, seja de outros estados ou países, pois apresentam melhores qualificações. O “desenvolvimento” em Macaé não trouxe maior acesso à educação e saúde para uma parcela de seus moradores, mas criou a falsa ideia de progresso, onde os valores ligados ao consumo revelam quem é ou não cidadão, conforme descrito por Milton Santos (1998, p.125), no livro Espaço do Cidadão. Assim, muitos migraram para a região na perspectiva de participar desse milagre, abandonaram seus locais de origem a fim de terem acesso a serviços e trabalho que deveriam ser direitos básicos, mas não conseguiram ser contemplados em nenhum deles.

A instalação das plataformas, o aumento do número de barcos e as pesquisas sísmicas realizadas na região trouxeram a necessidade de expandir a pesca para espaços mais distantes da costa como mencionado anteriormente. Isso os obrigou à aquisição de equipamentos mais potentes para a pesca e barcos com maior capacidade, despesas que antes não tinham.

Porque nós tínhamos muito peixe e não precisava fazer grandes despesas, conforme hoje a gente faz. Porque hoje para você matar muitos peixes, (...) tem que ir muito longe e onera muito nos nossos núcleos. Já antigamente não, você ia aqui pertinho e matava muito peixe, sem despesa nenhuma. Então o pouco lucro que tinha, aparecia, porque não tinha tantas despesas. Ao contrário de hoje. (...) Acontece que hoje a gente tem que medir as nossas... o que a gente vai gastar pelos nossos compromissos (Pescador sr. O).

Agora o gasto com combustível é maior, como também com material de pesca; são mais homens trabalhando, mais empréstimos e isto acaba endividando muitos pescadores. A atividade que era artesanal se transforma numa pesca comercial. Segundo SEN (2000), o desenvolvimento deve ser centrado nas pessoas, onde as liberdades pessoais sejam valorizadas e assim propiciar a liberdade de escolher uma vida que se tem razão para valorizar. O modelo de desenvolvimento de Macaé que é centrado no capital, não considera as liberdades e capacidades da população, e em especial dos pescadores e causa um cerceamento das liberdades fundamentais. Sen explica que quando uma população necessita escolher entre um modo de vida tradicional por ter que fugir da pobreza ou de uma longevidade reduzida não é uma forma real de escolha. As mudanças que esses trabalhadores fizeram em seu processo de trabalho

foram ocasionadas por contingências externas e não por motivação pessoal. A liberdade para esses pescadores seria buscar uma modernização das técnicas de pesca por sua escolha e não por uma questão intrínseca de sobrevivência (SEN, 2000). Para Sen uma das formas de isso ocorrer é através dos valores éticos dos governantes que são parte integrante dos recursos produtivos, pois orientam para investimentos, inovações e políticas que contribuem para a inclusão social.

O desenvolvimento deve ter como eixo a superação desses problemas e a ação individual é central nesse sentido, porém essa liberdade de ação é condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas. Persistência da pobreza e necessidades básicas insatisfeitas, fome e desnutrição, violação das liberdades políticas, ameaças ao ambiente e à sustentabilidade de uma vida econômica e social. A expansão da liberdade é o fim prioritário e simultaneamente o meio principal do desenvolvimento que consiste na remoção de restrições que deixam às pessoas poucas escolhas e oportunidades para exercerem suas ações.

A pesca em Macaé vem sofrendo um processo de desvalorização como atividade econômica, decorrente em parte de pouco incentivo do poder público. Notícias publicadas em jornais mostram como o mercado de peixes, principal ponto de venda dos produtos da pesca, está em situação de abandono. O mercado é um estabelecimento municipal e não conta com a estrutura adequada para a comercialização do pescado. Faltam obras estruturais, equipamentos de refrigeração e outras questões relacionadas a administração local (SILVANO, 2008; SIQUEIRA, 2011). As entidades responsáveis pela pesca no município (Associação Mista de Pescadores, Colônia de Pescadores Z-3 e Subsecretaria de Pesca) possuem uma ação assistencialista, sendo que as duas primeiras realizam distribuição de apetrechos de pesca, equipamentos e cestas básicas, com recursos oriundos dentre outras instituições, da subsecretaria de pesca; conduzem suas ações em busca de crédito e subsídios, que por vezes não correspondem às necessidades desses pescadores.

Para alguns entrevistados os pescadores são unidos e por isso conseguem melhorar a situação, para outros é um povo desunido, por isso está tão difícil. Buscam estratégias como as trocas pelas relações sociais. A atual gestão da Colônia estava trabalhando para aumentar o número de cadastrados, a fim de facilitar a busca por direitos.

O pescador de Barra de Macaé busca outras formas de fortalecimento de seu grupo. A igreja e a religião são fortemente presentes na fala desses homens. A igreja é mais um espaço onde esses pescadores circulam, trocam informações e se constituem enquanto grupo. A religião é um sustentáculo de vida, das relações e criam uma rede durável de relações.

Com as dificuldades vividas pelos pescadores na lida diária da pesca (desgaste físico, intempéries), na instabilidade financeira ou na desvalorização pelo Estado, muitos pescadores não querem que seus filhos permaneçam na atividade. Sr. A, pescador de 75 anos sempre aconselhou seus filhos a estudar. Hoje, todos estão formados e nenhum é pescador. As circunstâncias levam as pessoas a buscarem outras estratégias de sobrevivência, seja pela educação, seja desenvolvendo outras atividades laborais para sobreviver e poder alimentar-se. Essa é uma das características da vulnerabilidade, essa capacidade de resposta diante a situações de risco, de constrangimento, de sobrevivência e extinção do seu modo de vida. A vulnerabilidade de um grupo se refere a maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar e o controle de meios e recursos para aproveitar as oportunidades propiciadas pelo Estado (WATTS; BOHLE, 1993).

O Estado deve promover a potencialização das capacidades individuais através de acesso à educação, à saúde e outros direitos essenciais. grande diferença é que para Sen os indivíduos são parte ativa e privilegiada desse processo onde possuem uma condição ativa, de agente em todo o processo. Em nosso país não é comum visualizar exemplos de processos de crescimento baseados nesse olhar, porém em situações mais locais como a de Macaé seria possível que o desenvolvimento humano estivesse mais atrelado à qualidade de vida de seus cidadãos, fato não observado entre os pescadores.

Os entrevistados são, de certa forma, marginalizados das discussões acerca do projeto de cidade, ficando assim impotentes para reivindicar direitos. Algumas liberdades têm papel central na promoção de outros tipos de liberdade como a liberdade econômica e a política que se reforçam uma à outra. As oportunidades de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política e estimulam a iniciativa das pessoas no sentido de superar as privações (SEN, 2008; 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do município de Macaé provocou grandes mudanças na vida dos pescadores que habitam a cidade, porém, tais transformações ocorreram de forma desigual. O modelo de desenvolvimento econômico adotado é baseado em uma modernização conservadora criando um terreno pouco fértil à construção da cidadania e equidade social. O conceito de SAN no Brasil se remete a essas questões estruturais de desigualdade social que conformam as relações interdisciplinares da SAN (FREITAS, 2003). Nesse estudo buscamos aparato numa categoria de análise, a Vulnerabilidade Alimentar, para compreender como esses pescadores se relacionam com a SAN.

A abrangência da Política de Segurança Alimentar e Nutricional implica em desafios para sua construção e sua realização, sendo imprescindível construir a intersetorialidade através da criação de programas integrados, inovadores em sua origem e introduzir o enfoque da SAN nos programas já existentes (MALUF, 2011). Para tal, entender que a percepção das dimensões da SAN na visão dos pescadores de Macaé passa por uma condição de enfrentar a atividade de extração de petróleo na região, é parte imprescindível para que o conhecimento desta realidade dê subsídios para pensar a alimentação e reestruturar políticas protetoras.

Essa comunidade de pescadores é complexa e múltipla. Com o crescimento da cidade e as implicações ambientais que causaram diminuição da produção pesqueira, os pescadores buscaram formas de tornar a pesca mais rentável, investindo em barcos maiores, mais potentes e aumentando o tempo de permanência no mar. Para alguns, isso ocasionou uma maior profissionalização da pescaria, para outros uma situação de exclusão. Em ambos os casos o pescador de Macaé vem sofrendo com a desvalorização de sua identidade de pescador artesanal.

A intenção deste estudo não é defender um estado de cristalização no tempo, alheio ao desenvolvimento da cidade, mas sim almejar que essa discussão contribua para evitar processos de vulneração e vulnerabilidade dessa comunidade seja por suas práticas, pelo contexto social ou pela falta de amparo governamental. Identificar situações de Vulnerabilidade Alimentar nesse tipo de comunidade é também a garantia de uma alimentação adequada, de forma contínua como prioriza a LOSAN. Reconhecer as vulnerabilidades com as quais essas famílias convivem neste estudo não foi identificar se esse grupo de pescadores passa fome, mas demonstrar que vivenciam a Vulnerabilidade Alimentar em suas práticas alimentares cotidianas, num âmbito individual de perda de liberdade na sua atividade econômica como elemento gerador de insegurança alimentar. No âmbito social, a Vulnerabilidade Alimentar

esteve associada às poucas informações disponíveis sobre alimentação e que quando existentes usualmente não são veiculadas de uma maneira compreensível aos pescadores. Soma-se a isso a deficiência nos ativos sociais disponíveis, principalmente na atuação das entidades de pesca em questões que poderiam aumentar a rentabilidade da pesca, como subsídios para combustível. A Vulnerabilidade Alimentar no âmbito programático/institucional também esteve presente, uma vez que as estratégias de proteção e desenvolvimento do município não promovem uma melhoria das condições de vida dos pescadores, não se guiam pelas especificidades de suas demandas e atuam de forma paliativa, sem alterar as relações desiguais. E por fim, não reforçam o caráter de coesão social, ao contrário, incentivam um individualismo com uma competitividade desigual entre o grupo.

A liberdade poderia ser um fim e o meio para o processo de desenvolvimento econômico da região criando assim oportunidades de participação ativa desses pescadores e não os deixando apenas como beneficiários passivos do processo de crescimento da cidade que está cada vez menos presente nas condições de vida desses cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R.; CASTELLO, J. P. O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil. **Revista Com Ciência**, Campinas, n. 40, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, 2001.
- ALMEIDA L.M.P. Vulnerabilidade social. In: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Prefeitura do Recife. (Org.). **Desenvolvimento humano no Recife, atlas municipal**. Recife: Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Prefeitura do Recife, 2002. p. 1-45.
- ALMEIDA, L.D. Suscetibilidade: novo sentido para a vulnerabilidade. **Revista Bioética**, v. 18, n. 3, p. 537 – 48, 2010.
- AYRES, J. R. C. M. *et al.* Adolescence and AIDS: evaluation of a preventive education experience among peers, *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v.7, n. 12, p. 113-128, 2003.
- AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA-JÚNIOR, I.; CALAZAS, G. J.; SALETTI-FILHO, H. C. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 117-139.
- BICKEL, G., NORD, M., PRICE, C., HAMILTON, W.; COOK, J. **Guide to measuring household food security** – revised, January 2000. Washington, D.C.: U.S. Department of Agriculture, Food and Nutrition Service, 2000.
- BRASIL. Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de nov. 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 set. 2006. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de julho de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de jul. 2006.

BRASIL. Lei n. 11.959/09, de 29 de junho de 2009. Código de pesca. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 2009.

BRASIL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. *Conceitos Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Brasília. p. 12, 2006.

BARUQUI, S. S. C. **A cidade formal e a cidade informal em Macaé**: uma análise do crescimento habitacional na década de 90. 2004. 110 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacases, 2004.

BURLANDY, L; MAGALHÃES. **Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional**. Observatório de cidades, 2004, p. 61-66.

BURLANDY, L.; MALUF, R.; MENEZES, F. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004.

CABRAL, C. **A educação ambiental na pesca artesanal**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Fundação Ford, 1988.

CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 45-48, 2010.

CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. (Orgs.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 9-22.

CANNON, G.; LEITZMANN, C. **The New Nutrition Science Project**. *Public Health Nutrition*, v.8, n. 6A, p. 673–694.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. *Cadernos CRH*, n. 26 e 27, p. 19-40, 1997.

CASTRO, A. M. G.; LIMA, S. M. V.; CRISTO, C. M. P. N. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. In: **XXII SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**, 2002, Salvador. *Anais...* São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica, Universidade de São Paulo; 2002. p. 1-14.

CASTRO, I.R.R; CASTRO, L.C.; GUGELMIN, S.A. Ações educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: DIEZ-GARCIA, R.W.;

CASTRO, L. M. C. Pesquisar sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil: a que viemos? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 26-28, 2010.

CARVALHO, R. J. S. **Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais**: praia do Perequê, Guarujá – SP. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

CARRASCO I PONS, S. Pontos de partida teórico-metodológico para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. (Orgs.). **Antropologia e nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 101-126.

CERVATO-MANCUSO, A. M (Org.). **Nutrição e Metabolismo: Mudanças alimentares e educação nutricional**. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.

CLAUZET, M.; RAMIRES M.; BARRELLA W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do Mar Virado e Barra do Una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Revista Multiciência**, Campinas, n. 4, p. 1-22, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano a alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**.

Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF: CONSEA, 2010. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil>>.

CAVALCANTI, D. R. M. Entre a caça e a pesca: discutindo gênero e pesca feminina no litoral Paraibano. In: **Fazendo gênero 8** – Corpo, Violência e Poder; 25 – 28 ago. 2008, Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST64/Diego_Rocha_Medeiros_Cavalcanti_64.pdf>.

Acesso em: 05 de maio de 2011.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES J. G. W. Etnoictiologia dos pescadores artesanais de Siribinha, município de Conde (Bahia): aspectos relacionados com a etologia dos peixes. *Acta Scientiarum. Biological Sciences*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 553-560, 2000.

DIAS, R. S. **A formação de uma aglomeração industrial em Macaé, RJ**: uma caracterização da espacialidade da indústria petrolífera e seus impactos no espaço urbano macaense e sua região de entorno. 2005. 112 p. Campos do Goytacazes, 2005.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Atlas, 1983, p. 36.

MALDONADO, S..**Pescadores do mar**. São Paulo: Ática; 1986.

DIEGUES, A.C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo. EdUSP; 1994.

DIEGUES, A.C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v.III, n.2, p. 361-375, 1999.

DIEGUES , A.C. Disponível em <<http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

DIEGUES , A.C . Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

DIEGUES , A.C. Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na reserva marinhado Arraial do Cabo. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>>. Acesso

em: 10/03/2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE) **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social.**

Brasília: DIEESE, 2007.

DILLEY M.; BOUDREAU T. E. Coming to terms with vulnerability: a critique of the food security definition. **Food Policy**, v. 26, n. 3, p. 229-247, 2001.

DOMENE, S. M. A. Indicadores Nutricionais e Políticas Públicas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 48, 2003.

FARAH, Marta F.S. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FARIAS. L.M. **Alimentação, Gênero e Pesca: um estudo de práticas alimentares de homens em uma comunidade pesqueira de Macaé**, 2012. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) - Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde, Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FLORENTINO, A. M. Segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade: histórico e desafios. Disponível em: <
<http://www.racine.com.br/segurancaalimentar/portalracine/alimentacao-e-nutricao/seguranca-alimentar/seguranca-alimentar-enutricional-esustentabilidade-historico-e-desafios>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Code of conduct for responsible fisheries. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/005/v9878e/v9878e00.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. Trade reforms and food security: conceptualizing the linkages. Disponível em:
<<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2012.

FREITAS, M. C. S. Segurança alimentar e nutricional – algumas considerações. *Revista ComCiência*, Campinas, n. 69, mar. 2005. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FREITAS, M. C. S.; MINAYO, M. C. S.; FONTES, G. A. V. Sobre o campo da alimentação e nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 31-38, jan. 2011.

GARCEZ, D.S., SÁNCHEZ-BOTERO, J.I. Pescadores artesanais no Rio Grande do Sul. *Atlântica*, Rio Grande, v. 27, n. 1, p. 17-29, 2005.

GIANNELLA L. **Entre o mar e a metrópole**: desenvolvimento, território e identidade da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. 2009. 95 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GUGELMIN, S. A. Projeto de pesquisa: Cultura e práticas alimentares em comunidades tradicionais das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, 2010.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, 2008.

HOBSBAWN, E. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional*. Brasília: ICMBIO, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Estatística da pesca 2003: grandes regiões e Unidades da Federação*. Brasília: IBAMA, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Populações: sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Macaé, RJ, [2013]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Segurança alimentar*: 2004/2009. Rio de Janeiro, 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/estudocontribuicao.pdf>>. Acessado em: 20 mai. 2012.

JABLONSKI, S. A Zona Econômica Exclusiva – Óleo e Gás. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Departamento de Qualidade Ambiental, Gerência de Qualidade Costeira e Marinha. *Macrodiagnóstico da zona costeira marinha do Brasil*. Brasília: MMA, 2009. p. 241.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.

LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN DEMOGRAPHIC CENTRE (ECLAC). *Sociodemographic vulnerability: old and new risks for communities, households and individuals*. 82 p. dez. 2002.

LOPES, P.; SILVANO, R.; BEGOSSI, A. Extractive and sustainable development reserves in Brazil: resilient alternatives to fisheries? *Journal of Environmental Planning and Management*, v. 54, p. 421-443, 2011.

LØVENDAL, C. R.; KNOWLES, M.; HORII, N. Understanding vulnerability to food insecurity: lessons from vulnerable livelihood profiling. Washington, D.C.: Agricultural and Development Economics Division, Food and Agriculture Organization, 2004.

LØVENDAL, C. R.; KNOWLES, M.; HORII, N. Tomorrow's hunger: a framework for analyzing vulnerability to food insecurity. Washington, D.C.: Agricultural and Development Economics Division, Food and Agriculture Organization, 2005.

MACAÉ. [home page na internet]. Prefeitura de Macaé. Disponível em: <<http://www.macaee.rj.gov.br/>>. Acesso em: maio 2012.

MACAENEWS. MP investiga irregularidades administrativas do Mercado de Peixe. *Últimas*

notícias. [Acesso em: 07 ago. 2012]. Disponível em:

<http://macaenews.com.br/ver_not.php?id=81711&ed=Geral&cat=Not%EDcias>.

MACAENEWS. Frente de trabalho nas lagoas e rios de Quissamã. *Últimas notícias*. [Acesso em: 24 jun. 2011]. Disponível em:

<http://www.macaenews.com.br/ver_not.php?id=62532&ed=Geral&cat=Not%EDcias>.

MACIEL, M. E. Churrasco à Gaúcha. In: MONTEBELLO, N. P.; COLLAÇO, J. H. L. (Org.). ***Gastronomia: Cortes e Recortes II***. Brasília: v. 2, p. 97-118, 2008.

MALDONADO, S. C. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática; 1986.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. *Ambiente & Sociedade*, 2004, p. 95-107.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambú, MG, 20-24 set. 2004.

MALUF, R. S. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno ‘Segurança Alimentar’. São Paulo, 2007. Disponível em:<http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MALLMANN, M. I. Condições para a integração: qual a contribuição do Brasil na América do Sul? *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, v. 2, p. 55-65, 2011.

MARQUES, M. A. Qualidade de vida no município de Macaé-RJ: análise por geoprocessamento. 2008. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARIN-LEON, L.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G.

Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor autorreferida e condição socioeconômica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1335-1342, 2011.

MARIN-LEON, L.; FRANCISCO, P. M. S. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor autorreferida e condição socioeconômica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 14, n. 3, p. 398-410, 2011.

MENEZES, F. Food sovereignty: a vital requirement for food security in the context of globalization. *Development*, v. 44, n. 4, p. 67-75, dez. 2001.

MEYER, D. E. E. et al. “Você aprende. A gente ensina?” Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, 2006.

MINAYO M.C.S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MINAYO M.C.S. *O desafio do conhecimento*. 10ª. ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2008-2009. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br>>. Acessado em: 11 jan. 2011.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2008-2009**. Brasília, 2012. 141 p.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Pesca artesanal**. Disponível em <www.mpa.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2011.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). *Pesca artesanal*. 29 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira : promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

NIERDELE, P. A.; GRISA, C. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do

Estuário da Lagoa dos Patos – RS. *Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 16, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PAGANOTO, F. Para quem Macaé cresceu? Mobilidade e trabalho na “Capital do Petróleo”. In: *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2008, Caxambu. Anais. Caxambu: ABEP, 2008. p. 241-263.

PESQUISA-AÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA NO LITORAL

FLUMINENSE. *Pesquisa-ação na cadeia produtiva da pesca em Macaé: relatório final*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

PESSANHA, L. D. R. A experiência brasileira em políticas públicas para garantia do direito ao alimento – breve histórico. *Cadernos de Debates*, Campinas, v. XI, p. 1-37, 2004.

PESSANHA, L. D. R.; MITCHELL, P. V. Insegurança alimentar nos domicílios: o caso de Santo Antônio de Pádua – RJ. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_423.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

PRADO, S. D. et al. A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-18, 2010.

RIBEIRO, A. L. F. Um estudo da expansão da área urbana de Macaé – 1970/2000. Campos dos Goytacazes, 2004. 52 p. *Monografia de bacharelado* – Ciências Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

RIOS, A. O.; REGO, R. C. F.; PENA, P. G. L. Doenças em trabalhadores da pesca. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 35, n. 1, p. 175-188, jan./mar. 2011.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.

SALLES-COSTA, R. et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança

alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 21, suplemento, p. 99-109, jul./ago. 2008.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em saúde coletiva? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo direito ambiental. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/7044/o-patrimonio-cultural-imaterial-das-populacoestradicionais-e-sua-tutela-pelo-direito-ambiental>. Acesso em: 27 mai. 2012.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. Desigualdade reexaminada. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, A. F. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 4, n. 8, p. 57-65, 2010.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de Segurança Alimentar e gênero. *Cadernos de Debate*, v. 11, p. 38-57, 2004.

SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E GÊNERO. GT Gênero e Agroecologia, Gênero Agroecologia e Segurança Alimentar: interfaces temáticas na prática das organizações sociais. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Rede Economia e Feminismo - SOF, 2005.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SILVANO, M. Esquecidos pelo Progresso. *O Debate*, Macaé, 26 jun. 2008. p. 15.

SIQUEIRA, M. Mercado de peixe de Macaé em total decadência e abandono. *O Debate Diário de Macaé*, Macaé, 01 abr. 2010. p. 3.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. *Econômica*, v. 4, p. 95-115, jun. 2002. Impressa em out. 2003.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 5, out. 2012.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.

VALENTE, F. A política de insegurança alimentar e nutricional no Brasil de 1995 a 2002.

Disponível em:

<http://www.fomezero.gov.br/download/pol_inseg_alimentar_Flavio_Valente.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

WEBB, P.; HARINARAYAN, A. A measure of uncertainty: the nature of vulnerability and its relationship to malnutrition. *Disasters*, v. 4, n. 23, p. 292-305, 1999.

WEBB, P.; et al. Measuring household food insecurity: Why it's so important and yet so difficult to do. *The Journal of Nutrition*, v. 136, n. 5, p. 1404S-1408S, 2006.

WOORTMANN, E. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 41-60, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro para entrevistas

Caracterização

- Qual a situação da casa que você mora (própria, alugada, cedida, outro)?
- Há quanto tempo reside nela?
- Quantas pessoas residem com você?
- Você é quem ganha a maior renda da família? Caso sim, até que série estudou? Caso não, quem é a pessoa que contribui com a maior renda da família e até que série estudou?
- Quantas pessoas moram na sua casa? Quais as relações de parentesco entre as pessoas que moram na sua casa?
- Onde você nasceu? Há quanto tempo mora em Macaé?
- Participa de alguma associação, cooperativa, sindicato ou ONG? Por quê?
- Você é proprietário de barco? É pescador camarada nos barcos?
- Qual a sua função dentro do barco?
- Recebe algum benefício como defeso, bolsa família, cesta básica, pensão do INSS ou outros? Especifique.
- Alguém de sua família frequenta creche, escola pública ou privada?
- Como é o atendimento à saúde de sua família, vocês são atendidos no serviço público, como Unidade de saúde da família, UPA, Hospital Jorge Caldas, e HPM? Ou têm plano de saúde?
- Você tem outra atividade de trabalho além da pesca? Em qual das atividades você obtém maior renda?
- Caso a pesca não seja a única fonte de renda, gostaria que fosse? Por quê?
- Como é o acesso ao crédito/financiamento/subsídio para a pesca, compra de barco, insumos de maneira geral?
- Você tem algum incentivo financeiro/subsídio para aplicar na pesca?

Práticas relacionadas à pesca

- Como as informações sobre estes assuntos são disponibilizadas? Exemplo: se quiser mudar o tipo de pesca que pratica onde buscará informações?

Individual/social

- As espécies que você pesca possuem defeso?
- Como você obtém as informações sobre o período do defeso?
- Como você mantém seu sustento na época de defeso das espécies?
- Você costuma pescar na época de defeso?
- Quais cuidados você toma durante a pesca, para que o pescado chegue em boas condições?
- Você conhece as boas práticas de manipulação do pescado? Aplica?
- Você costuma utilizar algum produto (químico ou natural) no pescado para aumentar seu tempo de conservação?

Sobre a alimentação e saúde

- Como é a alimentação do pescador? Existe algum alimento que seja característico do pescador e sua família? Quais?
- O que você pesca é usado para o consumo da família? É verdade que pescador adora comer peixe?
- Você compra ou troca os pescados para o seu consumo ou de sua família?
- Onde são comprados os alimentos do dia-a-dia da sua família? (Dirigir a resposta: carnes, cereais, laticínios, etc.)
- Para você o que é um alimento de qualidade?
- O que você acha da qualidade dos alimentos que você costuma comprar?
- Onde você compra frutas, legumes e verduras?
- Para você o que é uma fruta, legume e verdura de qualidade?
- O que você acha da qualidade dos FLV que você costuma comprar?
- Você costuma comprar nos mercados do seu bairro? Caso sim, porque? Que tipo de alimento costuma comprar?

- Os alimentos que você compra são suficientes para sustentar a sua família? Em geral, de quanto em quanto tempo vocês compram alimentos?
- Quais alimentos você considera importante para a sua família, aqueles que não podem faltar no dia-a-dia?
- Você procura saber/se informar sobre alimentação? Onde? Com quem?
- Onde encontrar informações sobre alimentação na comunidade?
 - E sobre saúde?
 - E sobre as doenças da comunidade?
 - E sobre as formas de preservar o meio ambiente de Macaé?
 - E sobre formas de produzir alimentos em Macaé?
 - E sobre formas de participação da população nas ações do governo de Macaé sobre tudo o que foi falado?
- Como está a sua saúde atualmente? O que você acha que influencia a sua saúde atualmente?
- O que você acha do consumo de peixe da população em geral? E por quê?

Práticas alimentares individuais

- Ao escolher o que irá comer você considera os benefícios a sua saúde?
- Ao escolher alimentos você considera a quantidade de agrotóxicos, conservantes, neles?
- Como as quantidades de agrotóxicos, conservantes e corantes influencia na sua decisão de consumir/comprar os alimentos?
- Como a quantidade de sal, açúcar e gordura dos alimentos influencia na sua decisão de consumir/comprar alimentos?
- Para você o que são alimentos saudáveis? Você come esses alimentos?
- Valor nutricional/uso de agrotóxico e aditivos químicos, substâncias de conservação dos alimentos.

APÊNDICE B

Roteiro para observação da comunidade

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ambiente Geográfico

- Condições sanitárias da comunidade (abastecimento de água, coleta de lixo, esgotamento sanitário)
- Fornecimento de Energia elétrica
- Pavimentação das ruas; áreas de lazer; locais de compra/venda alimentos; distância percorrida; presença animais domésticos.
- Poluição

Ambiente Social

- Existência de estruturas formais (Igrejas, escolas, ONGs, empresas, associações)
- Formas institucionais de organização da comunidade
- Relações sociais existentes (conflitos, apoio, formação de pequenos grupos)

Ambiente econômico

- Principais atividades econômicas desenvolvidas
- Programas governamentais relacionados às diversas dimensões da SAN (PBF, PNAE, PAA, Defeso, Apoio comunitário ao desenvolvimento, sustentabilidade e/ou assistência)

CARACTERIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO

- Aquisição de alimentos (acesso ao mercado, preços, cesta básica, benefícios)
- Relação entre produção para consumo e produção para venda
- Relações de distribuição dos alimentos (comércio, troca, doação, benefício, hierarquia)

- Equipamentos de SAN existentes (cozinha comunitária, restaurante popular, banco de alimentos, varejão, sacolão, feira e mercado popular)
- Participação projetos de sustentabilidade
- Redes de economia solidária (favoreça comercialização alimentos/ artesanato; agregação de valor)

ANEXO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Este documento informa sobre a pesquisa “Cultura e práticas alimentares em comunidades tradicionais das regiões sudeste e centro-oeste do Brasil” realizada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em conjunto com as universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Mato Grosso (UFMT), e convida você a participar da mesma. Para isso acontecer solicitamos que esteja de acordo por escrito.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a situação alimentar de comunidades de pescadores e indígenas, e sua articulação com as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Conhecendo esta realidade poderemos favorecer o debate sobre Segurança Alimentar e facilitar o trabalho de professores, agentes de saúde, nutricionistas, médicos e enfermeiros que realizam suas atividades nestas comunidades.

Para desenvolver a pesquisa faremos entrevistas e encontros com algumas pessoas, momento em que será perguntado sobre: as condições de vida na comunidade, o plantio de alimentos nas roças e no quintal, como obtém os alimentos, como preparam e comem os alimentos, o que pensam sobre segurança alimentar, alimentos e receitas tradicionais. Além disso, estaremos acompanhando o dia-a-dia da comunidade e em alguns momentos faremos o registro fotográfico e filmaremos situações que envolvam alimentação. O pesquisador poderá solicitar que algumas pessoas ajudem a tirar fotos sobre o tema alimentação.

Os procedimentos utilizados durante a pesquisa não trarão danos de ordem física ou social. Poderá ocorrer um incômodo, para algumas pessoas, no momento da observação ou da entrevista, pois conversaremos sobre questões econômicas e situações de restrição alimentar. Neste caso, o entrevistado sentir-se-á livre para não responder as perguntas.

A participação nesta pesquisa é livre e espontânea, ou seja, você pode desistir a qualquer momento, sem que isso traga problemas para você, sua família e comunidade. Todas as suas dúvidas ou de outras pessoas serão respondidas, sempre que for pedido e toda a informação fornecida será guardada em segredo e utilizada apenas para pesquisa. O nome das pessoas não será divulgado em nenhum momento e você não receberá pagamento para participar desta pesquisa. Após o término da pesquisa os resultados serão apresentados à comunidade, entregues por escrito às lideranças e equipe de saúde e educação, e serão divulgados em revistas, livros e congressos.

Assim, após a leitura e tendo concordado com a realização do estudo, pedimos sua assinatura neste termo, declarando que está de acordo com a pesquisa e que recebeu uma cópia deste documento, que também vai assinado pelo pesquisador.

Assinatura participante

Assinatura pesquisador

Nome completo participante: _____

Data: ___/___/___ Comunidade: _____

Nome do pesquisador: _____

Qualquer dúvida entre em contato com a professora Silvia Ângela Gugelmin no:

Instituto de Nutrição/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 – 12º andar – Bloco D – Sala 12.007.

Rio de Janeiro – RJ CEP: 22.550-013 Tel.: (21) 2334-0063 Ramal 220

Caso não consiga encontrar a professora, entre em contato com a Comissão de Ética em Pesquisa/UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524, bloco E, sala 3020. Maracanã - Rio de Janeiro. Tel. (21) 2569-3490